Atos Administrativos

Câmara Municipal de Maracás

REGIMENTO INTERNO

Dezembro/2010

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS

TÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO (ARTS. 1º A 155)
CAPÍTULO I - DA CÂMARA MUNICIPAL (ARTS. 1º A 17)
SEÇÃO I - DAS FUNÇÕES (ART. 1º)
SEÇÃO II - DA SEDE (ARTS. 2º A 4º)
SEÇÃO III - DA INSTALAÇÃO (ARTS. 5º A 10)
SEÇÃO IV – DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA (ARTS. 11 A 17)
CAPÍTULO II - DA MESA (ARTS. 18 A 45)
SEÇÃO I – DA FORMAÇÃO (ARTS. 18 A 24)
SEÇÃO II – DA SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 25 A 27)
SEÇÃO III – DA EXTINÇÃO DO MANDATO (ARTS. 28 A 29)
SUBSEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 28 A 29)
SUBSEÇÃO II – DA RENÚNCIA (ARTS. 30 A 31)
SUBSEÇÃO III – DA DESTITUIÇÃO (ARTS. 32 A 36)
SUBSEÇÃO IV – DA COMPETÊNCIA DA MESA (ARTS. 37 A 39)
SUBSEÇÃO V – DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA MESA (ARTS. 40 A 44)
SUBSEÇÃO VI – DAS CONTAS (ART. 45)
CAPÍTULO III – DO PLENÁRIO (ARTS. 46 A 50)
CAPÍTULO IV – DAS COMISSÕES (ARTS. 51 A 126)
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 51 A 52)
SEÇÃO II – DAS COMISSÕES PERMANENTES (ARTS. 53 A 103)
SUBSEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO (ARTS. 53 A 59)
SUBSEÇÃO II – DA COMPETÊNCIA (ARTS. 60 A 66)
SUBSEÇÃO III – DOS PRESIDENTES E SECRETÁRIOS (ARTS. 67 A 73)
SUBSEÇÃO IV – DAS REUNIÕES (ARTS. 74 A 78)
SUBSEÇÃO V – DOS TRABALHOS (ARTS. 79 A 89)
SUBSEÇÃO VI – DOS PARECERES (ARTS. 90 A 95)
SUBSEÇÃO VII – DA VACÂNCIA, LICENCIAMENTO E IMPEDIMENTOS (ARTS. 96 A 103)
SEÇÃO III – DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS (ARTS. 104 A 126)
SUBSEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 104 A 105)
SUBSEÇÃO II – DAS COMISSÕES ESPECIAIS (ART. 106)
SUBSEÇÃO III – DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO (ART.107)
SUBSEÇÃO IV – DAS COMISSÕES ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO (ARTS. 108 A 109)
SUBSEÇÃO V – DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (ARTS. 110 A 126)
CAPÍTULO V – DOS VEREADORES (ARTS. 127 A 155)
SEÇÃO I – DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA (ARTS. 127 A 128)
SUBSEÇÃO I – DOS DEVERES E DIREITOS (ARTS. 127 A 128)
SEÇÃO II – DA REMUNERAÇÃO (ART. 129)
SEÇÃO III – DAS VEDAÇÕES (ART. 130)
SEÇÃO IV – DAS VAGAS (ARTS. 131 A 134)
SEÇÃO V – DO DECORO PARLAMENTAR (ARTS. 135 A 139)
SUBSEÇÃO I – DAS CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR (ARTS. 135 A 139)
SEÇÃO VI – DAS FALTAS E DAS LICENÇAS (ARTS. 140 A 142)
SEÇÃO VII – DA SUPLÊNCIA (ARTS. 143 A 147)
CAPÍTULO VI – DAS LIDERANÇAS (ARTS. 148 A 155)
TÍTULO II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS (ARTS. 156 A 196)
CAPÍTULO I – DA LEGISLATURA (ART. 156)
CAPÍTULO II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS (ARTS. 157 A 192)
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 157 A 161)
SEÇÃO II – DAS REUNIÕES (ARTS. 162 A 169)
SUBSEÇÃO I - DA DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO (ARTS. 162 A 163)
SUBSEÇÃO II – DA SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 164 A 165)
SUBSEÇÃO III – DA PUBLICIDADE (ARTS. 166 A 167)
SUBSEÇÃO IV – DAS ATAS (ARTS. 168 A 169)
SEÇÃO III – DAS SESSÕES ORDINÁRIAS (ARTS. 170 A 192)
SUBSEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 170 A 172)
SUBSEÇÃO II – DO EXPEDIENTE (ARTS. 173 A 176)
SUBSEÇÃO III – DA ORDEM DO DIA (ARTS. 177 A 187)
SUBSEÇÃO IV – DA EXPLICAÇÃO PESSOAL (ARTS. 188 A 190)
SEÇÃO V – DAS SESSÕES SECRETAS (ART. 191)
SEÇÃO VI – DAS SESSÕES SOLENES (ART. 192)
CAPÍTULO III – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS (ARTS. 193 A 196)

TÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES (ARTS. 197 A 270)
CAPÍTULO I – DAS MODALIDADES E DE SEUS REQUISITOS (ARTS. 197 A 199)
CAPÍTULO II – DA TRAMITAÇÃO (ARTS. 200 A 234)
SEÇÃO I – DA INICIATIVA (ARTS. 200 A 203)
SEÇÃO II – DO RECEBIMENTO (ARTS. 204 A 213)
SEÇÃO III – DA APRESENTAÇÃO (ARTS. 214 A 215)
SEÇÃO IV – DA APRECIAÇÃO (ARTS. 216 A 219)
SEÇÃO V – DO REGIME DE URGÊNCIA (ARTS. 220 A 222)
SUBSEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ART. 220)
SUBSEÇÃO II – DA TRAMITAÇÃO (ARTS. 221 A 222)
SEÇÃO VI – DOS TURNOS (ARTS. 223 A 227)
SEÇÃO VII – DA REDAÇÃO FINAL (ARTS. 228 A 234)
CAPÍTULO III – DAS INDICAÇÕES (ARTS. 235 A 236)
CAPÍTULO IV – DOS REQUERIMENTOS (ARTS. 237 A 242)
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 237 A 239)
SEÇÃO II – DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO PELO PREDIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (ARTS. 240 A 241)
SEÇÃO III – DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO (ART. 242)
CAPÍTULO V – DAS MOÇÕES (ARTS. 243 A 246)
CAPÍTULO VI – DOS PROJETOS (ARTS. 247 A 255)
SEÇÃO I – DAS ESPÉCIES E SUAS FORMAS (ARTS. 247 A 248)
SEÇÃO II – DA DESTINAÇÃO (ARTS. 249 A 255)
SUBSEÇÃO I – DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO (ARTS. 249)
SUBSEÇÃO II - DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (ART. 250)
SUBSEÇÃO III – DOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (ARTS. 251 A 252)
SUBSEÇÃO IV – DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (ARTS. 253 A 254)
SUBSEÇÃO V – DOS PROJETOS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (ART. 255)
CAPÍTULO VII – DAS EMENDAS (ARTS. 256 A 264)
CAPÍTULO VIII – DOS RECURSOS ÀS DECISÕES DO PRESIDENTE (ARTS. 265 A 266)
CAPÍTULO IX – DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO (ARTS. 267 A 270)
TÍTULO IV – DAS DELIBERAÇÕES (ARTS. 271 A 314)
CAPÍTULO I – DAS DISCUSSÕES (ARTS. 271 A 283)
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 271 A 279)
SEÇÃO II – DOS APARTES (ARTS. 280 A 281)
SEÇÃO III – DO ENCERRAMENTO (ARTS. 282 A 283)
CAPÍTULO II – DA VOTAÇÃO (ARTS. 284 A 307)
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 284 A 293)
SEÇÃO II – DO ENCAMINHAMENTO (ARTS. 294 A 296)
SEÇÃO III – DO ADIANTAMENTO (ART. 297)
SEÇÃO IV – DOS PROCESSOS (ARTS. 298 A 304)
SEÇÃO V – DA VERIFICAÇÃO NOMINAL (ART. 305)
SEÇÃO VI – DA DECLARAÇÃO DE VOTO (ARTS. 306 A 307)
CAPÍTULO III – DO TEMPO DE USO DA PALAVRA (ARTS. 308 A 310)
CAPÍTULO IV – DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PROCEDENTES REGIMENTAIS (ARTS. 311 A 314)
SEÇÃO I – DAS QUESTÕES DE ORDEM (ARTS. 311)
SEÇÃO II – DOS PRECENDENTES REGIMENTAIS (ARTS. 312 A 314)
TÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO POPULAR (ARTS. 315 A 320)
CAPÍTILO I – DA INICIATIVA POPULAR NOS PROJETOS DE LEI. (ART. 315)
CAPÍTULO II – DA TRIBUNA LIVRE (ART. 316)
CAPÍTULO III – DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (ARTS. 317 A 319)
CAPÍTULO IV – DAS PETIÇÕES, RECLAMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES (ART. 320)
TÍTULO VI – DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL (ARTS. 321 A 351)
CAPÍTULO I – DO ORÇAMENTO (ARTS. 321 A 339)
SEÇÃO I – DA PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (ARTS. 321 A 323)
SEÇÃO II – DA TRAMITAÇÃO (ARTS. 324 A 334)
SUBSEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ART. 324)
SUBSEÇÃO II – DA PROPOSTA DE PLANO PLURIANUAL (ARTS. 325 A 330)
SUBSEÇÃO III – DA PROPOSTA DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (ARTS. 331)
SUBSEÇÃO IV – DA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (ARTS. 332 A 334)
SEÇÃO III – DAS VEDAÇÕES (ARTS. 335 A 339)
CAPÍTULO II – DOS CÓDIGOS (ARTS. 340 A 343)
CAPÍTULO III – DA CONCESSÃO DE MEDALHAS, PLACAS E CERTIFICADOS (ARTS. 344 A 351)

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 344 A 347)
SEÇÃO II – DA TRAMITAÇÃO (ARTS. 348 A 351)
CAPÍTULO IV – DO REGIMENTO INTERNO (ART. 352)
SEÇÃO I – DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO (ART. 352)
TÍTULO VII – DO PODER EXECUTIVO (ARTS. 353 A 371)
CAPÍTULO I – DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO (ARTS. 353 A 357)
SEÇÃO I – DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO (ARTS. 353 A 357)
SEÇÃO II – DAS VEDAÇÕES AO PREFEITO (ART. 354)
SEÇÃO III – DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E O PROCESSO POLÍTICO DE CASSAÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO (ART. 355)
SEÇÃO IV – DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO (ARTS. 356 A 357)
CAPÍTULO II – DA LICENÇA DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO (ARTS. 358 A 359)
CAPÍTULO III – DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS (ARTS. 360 A 363)
CAPÍTULO IV – DA REMUNERAÇÃO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS (ART. 364)
CAPÍTULO V – DO JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS (ARTS. 365 A 371)
TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS (ARTS. 372 A 381)



RESOLUÇÃO N.º 01/2010.

Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Maracás, no Estado da Bahia.

O Presidente da Câmara Municipal de Maracás, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

TÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
CAPÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL
SEÇÃO I
DAS FUNÇÕES

Art. 1º. O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal que, essencialmente, tem funções legislativas e fiscalizatórias.

§ 1º As funções legislativas consistem na elaboração, discussão e votação de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município.

§ 2º A função de fiscalização, compreendendo a contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das entidades da Administração indireta municipal, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, compreendendo:

I – apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito;

II – acompanhamento das atividades financeiras do Município;

III - julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º A função julgadora é exercida por meio do julgamento do Prefeito e dos Vereadores por, respectivamente, infração político-administrativa e falta ético e decoro parlamentar, nos termos deste Regimento Interno.

§ 4º A função administrativa restringe-se a sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

SEÇÃO II
DA SEDE

Art. 2º. A Câmara Municipal tem sua sede na Praça Rui Barbosa, nº 655 Centro.

Art. 3º. É vedado no recinto de sessões do Plenário a fixação de quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem em propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira do País, do Estado ou do Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado.

Art. 4º. Somente quando o interesse público exigir e por deliberação do Plenário, o recinto de sessões da Câmara poderá ser utilizado para outros fins.

Parágrafo único – Vedado a sua utilização para quaisquer fins comerciais.

SEÇÃO III
DA INSTALAÇÃO

Art. 5º. A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão solene, às 09:00 horas do dia 1º de janeiro de cada Legislatura, sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos e dar posse aos Vereadores.

§ 1º A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se a sessão de instalação não comparecerem, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores e, se essa situação persistir, até o último dia do prazo a que se refere este Regimento Interno, quando a partir de então, a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

§ 2º Os Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito deverão apresentar seus diplomas na Secretaria Administrativa da Câmara, antes da sessão de instalação, prevista no *caput* deste artigo.

Art. 6º. Os Vereadores munidos do respectivo diploma tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere este Regimento Interno, mediante termo lavrado em livro, depois de todos prestarem o compromisso, que será lido pelo Presidente e consistirá da seguinte fórmula: ***"Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado com lealdade e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo".***

§ 1º - Prestado o compromisso pelo Presidente, o secretário *ad hoc* fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará: "*Assim o Prometo*", assinando em seguida, o termo de posse lavrado em livro próprio;

§ 2º - Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: ***"DECLARO EMPOSSADOS OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO***".

Art. 7º. O Vereador que não tomar posse na sessão de instalação deve fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente.

Art. 8º. O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação da desincompatibilidade.

Art. 9º. No Ato da posse, e no término do mandato o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores farão declaração de bens, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 10. Concluída a posse dos eleitos, o Presidente facultará a palavra por no máximo 10 (dez) minutos a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

SEÇÃO IV
DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 11.Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria Administrativa, conforme lei específica.

Parágrafo único – Todos os serviços da Secretária Administrativa serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que contará com o auxílio do Secretário.

Art. 12. A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Art. 13. Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa, conforme o disposto em ato da Presidência.

Art. 14. Quando, por extravio, dano ou retenção indevida tornar-se impossível o andamento de qualquer proposição, a Secretaria Administrativa providenciará a reconstituição do processo respectivo, por determinação do Presidente, que deliberará de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 15. As dependências da Secretaria Administrativa, bem como seus serviços, equipamentos e materiais serão de livre utilização pelos Vereadores, desde que observada à regulamentação constante de Ato da Presidência.

Art. 16. A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade administrativa da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Art. 17. Os vereadores poderão interpelar a Presidência, mediante requerimento, sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, bem como apresentar sugestões para melhor andamento dos serviços, através de indicação fundamentada.

CAPÍTULO II
DA MESA
SEÇÃO I
DA FORMAÇÃO

Art. 18. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na mesma Legislatura.

Art. 19. Terminados os pronunciamentos da instalação da Câmara Municipal, passar-se-á a eleição da Mesa, na qual somente poderão votar ou ser votados os Vereadores empossados, observando o seguinte procedimento:

I – realização, por ordem do Presidente, da chamada regimental, para a verificação do quórum;

II – o quórum será o de maioria absoluta para o primeiro e segundo escrutínio;

III - registro, junto à Mesa, individualmente, de candidatos previamente escolhidos pelas bancadas dos partidos ou blocos parlamentares;

IV – chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos Vereadores, pelo Secretário *ad hoc*, para que se proceda à votação nominal;

V – apuração, acompanhada por um ou mais Vereadores indicados pelos partidos políticos ou blocos partidários, mediante leitura dos votos pelo Presidente, que determinará a sua contagem;

VI – leitura pelo Presidente, dos nomes dos vereadores votados para os respectivos cargos;

VII – o Secretário *ad hoc* anotará o resultado e o Presidente fará a leitura informando o resultado da eleição na ordem decrescente dos votos dos respectivos candidatos;

VIII – não obtida à maioria absoluta em 1º (primeiro) escrutínio, promover-se-á um segundo escrutínio com os dois Vereadores mais votados para cada cargo;

IX – havendo empate no segundo escrutínio, será declarado eleito, para cada cargo, o Vereador mais idoso;

X - havendo apenas candidatura única para cada cargo a eleição só será concretizada se alcançada maioria absoluta.

XI – proclamação, pelo Presidente, do resultado final;

XII – posse, mediante termo lavrado pelo Secretário *ad hoc,* dos eleitos, os quais entrarão imediatamente em exercício.

§ 1º Na composição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos com representação na Câmara Municipal;

§ 2º Para a eleição da mesa será confeccionado um único modelo de cédula com os nomes de todos os candidatos, sendo que, o voto é individual, a cédula será rubricada pelo presidente e o secretário e em caso de haver qualquer sinal na mesma por parte do votante que identifique o voto, o mesmo será nulo.

§ 3º Concluída a eleição da Mesa o Presidente, antes do encerramento da sessão convocará os Vereadores para a Sessão Especial de posse do Prefeito e Vice-Prefeito, às 17:00 horas.

Art. 20. Na sessão de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara convidará os eleitos e regularmente diplomados, mediante termo lavrado em livro, a prestarem o compromisso que consistirá da seguinte fórmula: ***"Prometo defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, sustentar a união, a integridade e a autonomia do Município e promover o bem geral do seu povo.***

§ 1º Na abertura da sessão, o Presidente designará comissão de Vereadores para receber o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos e introduzi-los no Plenário, quando tomarão assento à mesa.

§ 2º Após a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, o Presidente facultará a palavra aos Vereadores e empossados.

Art. 21. A eleição para a renovação da Mesa Diretora para 2º (segundo) biênio da legislatura observará no que couber, as regras dispostas neste Regimento e realizar-se-á após os trabalhos relativos à última Sessão Plenária da 2ª Sessão Legislativa, devendo ser presidida pela Mesa em exercício;

§ 1º. O termo de posse dos eleitos ocorrerá até o dia 31 de dezembro do ano em que vencer o mandato da Mesa Diretora sucedida, produzindo seus efeitos a partir de 1º janeiro do ano seguinte.

§ 2º. É facultado aos novos membros da Mesa Diretora, eleitos para o 2º (segundo) Biênio, realizar a solenidade pública de posse em data coincidente com a abertura dos trabalhos legislativos.

Art. 22. Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Vereador que mais recentemente tiver exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais idoso entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará reuniões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 23. Para as eleições disciplinadas nesta Seção, poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa na legislatura anterior.

Art. 24. Na hipótese da instalação presumida da Câmara, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara, com todas as prerrogativas legais, cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto neste Regimento Interno e marcar a eleição para o preenchimento dos cargos da Mesa.

SEÇÃO II
DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 25. Em suas faltas ou impedimentos o Presidente da Mesa será substituído pelo Vice – Presidente.

Parágrafo único – Estando ambos ausentes, serão substituídos pelo 1º Secretário, que convidará o 2º Secretário para secretariá-lo.

Art. 26. Ausente, em Plenário o 1º Secretário, o Presidente convidará o 2º secretário para substituí-lo em caráter eventual.

Art. 27. Na hora determinada para o início da sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e de seus substitutos, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso entre os presentes e este convidará outro vereador para secretário *ad hoc*.

Parágrafo único – A Mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular da Mesa ou de seus substitutos legais.

SEÇÃO III
DA EXTINÇÃO DO MANDATO

SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 28. As funções dos membros da Mesa cessarão pela:
I - posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
II - renúncia, apresentada por escrito;
III - destituição;
IV – cassação ou extinção do mandato de Vereador.

Art. 29. Vagando qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição, para completar o mandato, no expediente da primeira sessão ordinária seguinte, ou em sessão extraordinária da sessão legislativa ordinária convocada para esse fim.

Parágrafo único – Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á nova eleição, para completar o período do mandato, na sessão imediata àquela em que ocorreu a renúncia ou destituição, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, que ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova Mesa.

SUBSEÇÃO II
DA RENÚNCIA

Art. 30. A renúncia do vereador ao cargo que ocupa na Mesa dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em sessão ordinária.

Art. 31. Em caso de renúncia total da Mesa o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais idoso dentre os presentes, que exercerá as funções de Presidente, nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO III
DA DESTITUIÇÃO

Art. 32. É passível de destituição o membro da Mesa quando:
I – faltoso
II – omisso;
III – ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais;
IV – exorbite as atribuições conferidas por este Regimento Interno.

Art. 33. O processo de destituição será deflagrado por denúncia, subscrita por, pelo menos, três vereadores, em que deverá constar:
I – o membro ou os membros da Mesa denunciados;
II – descrição circunstanciada das irregularidades cometidas;
III – as provas que se pretenda produzir.

Art. 34. Apresentada a denúncia, deverá ser lida pelo seu autor em qualquer fase da sessão ordinária, independentemente de prévia inscrição ou autorização do Presidente, e submetida à deliberação do Plenário.

§ 1º Caso a denúncia de que se trata o *caput* deste artigo recaia sobre o Presidente, será submetida ao Plenário por seu substituto legal ou, se este também for envolvido, essa medida caberá ao Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2º O denunciante e o denunciado são impedidos de deliberar sobre o recebimento da denúncia, não sendo necessária nesse caso a convocação de suplente.

§ 3º O membro da Mesa, envolvido nas acusações, não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

Art. 35. Caso o Plenário se manifeste contrário ao recebimento da denúncia por meio da deliberação de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, o Presidente determinará o seu arquivamento, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Art. 36. Recebida a denúncia pelo Plenário com a deliberação de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, adotar-se-ão as seguintes medidas.

I – serão sorteados 3 (três) Vereadores para compor a Comissão Especial de Investigação, da qual não poderão fazer parte o denunciante e o denunciado, observando-se na sua formação o disposto neste Regimento;

II – constituída a Comissão, seus membros elegerão um deles para Presidente que nomeará entre seus pares um relator e marcará reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes;

III – o denunciado será notificado dentro de 3 (três) dias, a contar da primeira reunião da comissão, para apresentação, por escrito, de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias;

IV – se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, com intervalo de 3 (três) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

V – não apresentada à defesa prévia pelo denunciado, caberá ao Presidente, ou seu substituto, nomear defensor *ad hoc* para oferecê-la;

VI – decorrido o prazo de defesa, a Comissão Especial de Investigação, emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, neste caso, a mesmo será submetido ao Plenário;

VII – se a comissão opinar pelo prosseguimento deverá apresentar na primeira reunião ordinária subsequente projeto de resolução propondo destituição do denunciado;

VIII – o projeto de resolução será submetido à discussão e votação nominal únicas;

IX – os vereadores e o relator da Comissão Especial de Investigação, e o denunciado terão cada um trinta minutos para a discussão do projeto de resolução, vedada a cessão de tempo.

X – terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o relator da Comissão Especial de Investigação, e o denunciado.

XI – a aprovação do projeto de resolução, pelo quórum de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, implicará o imediato afastamento do denunciado, devendo a respectiva resolução ser publicada pela autoridade que estiver presidindo os trabalhos dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da deliberação do Plenário.

XII – se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo;

XIII – se da apuração restar configurado ilícito civil ou penal, deverá ser remetida cópia do processo ao Ministério Público para que proceda a apuração pertinente;

XIV – o processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado;

SEÇÃO IV
DA COMPETÊNCIA DA MESA

Art. 37. A Mesa é o órgão diretor dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

Parágrafo único – A Mesa decidirá por maioria de seus membros.

Art. 38 Compete à Mesa da Câmara Municipal, privativa e colegiadamente, dentre outras atribuições, as seguintes:

I - propor ao Plenário, projetos de resoluções dispondo sobre:

a)- perda de mandato de Vereador;

b) - concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
c) - criação de Comissão Especial, ou Parlamentar de Inquérito;
d) - conclusões de Comissão de Inquérito ou Especial, quando for o caso;
e) - qualquer matéria de natureza regimental;
f) - todo e qualquer assunto de sua organização, economia interna e de caráter geral ou normativo;
g) - elaboração do Regimento Interno.
II – propor projetos de leis dispondo sobre:
a) criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal;
b) fixação da remuneração dos cargos, empregos ou funções dos serviços da Câmara Municipal;
c) fixação no fim de cada legislatura para vigorar na legislatura subsequente, os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais, na forma da Constituição Federal;
III – elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 (trinta e um) de julho, após a aprovação pelo Plenário:
a) proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo, na hipótese de rejeição pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa;
b) proposta de investimento da Câmara para ser incluída no Plano Plurianual.
IV – declarar a extinção do mandato de Vereador;
V – organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara Municipal;
VI – proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;
VII – receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;
VIII – autografar os projetos de leis aprovados, para a sua remessa ao Executivo;
IX – deliberar sobre a realização de reuniões solenes fora da sede da Edilidade;
X – determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições que não constarem na pauta da última reunião ordinária da sessão legislativa;
XI - enviar ao Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, até o dia 15 (quinze) de junho, as contas do exercício anterior;

Art. 39 A Mesa reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, independentemente do Plenário, em dia e hora previamente fixados e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

SEÇÃO V
DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DA MESA

Art. 40. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art. 41. Compete ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, as seguintes:
I - representar a Câmara Municipal inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou Plenário, sobre assuntos pertinentes à Câmara Municipal, no curso de feitos judiciais;
II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal;
III - interpretar e fazer cumprir este Regimento Interno;
IV - promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;
V - fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VII – exercer em substituição a chefia do Executivo Municipal;

VIII – mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

IX – administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

X - representar a Câmara junto ao Prefeito, as autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral;

XI - credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XII – fazer expedir convites para as reuniões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;

XIII – autorizar a realização de audiências públicas, a seu critério, em dias e horas prefixados;

XIV - requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;

XV - empossar os vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, depois de investidos nos respectivos cargos perante o Plenário;

XVI - declarar extinto o mandato do Prefeito e de seu substituto legal;

XVII – declarar destituído membro de Comissão Permanente e Especial, nos casos previstos neste Regimento;

XVIII – designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes;

XIX – convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas neste Regimento;

XX - dirigir as atividades legislativas da Câmara em conformidade com as normas legais e deste Regimento Interno, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às comissões, ou a qualquer de seus integrantes individualmente considerados, e, em especial, exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar as reuniões da sessão legislativa extraordinária da Câmara, na forma deste Regimento Interno;

b) convocar as reuniões extraordinárias da sessão legislativa ordinária, de acordo com o disposto neste Regimento Interno;

c) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

d) abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las, quando necessário;

e) determinar a leitura, pelo Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada sessão;

f) administrar o tempo de duração do expediente e da ordem do dia e o tempo dos oradores e inscritos, anunciando-lhe o término;

g) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

h) levar os precedentes regimentais à Plenário e resolver as questões de ordem;

i) interpretar o Regimento Interno, sem prejuízos de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer vereador;

J) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

k) proceder à verificação de quórum, nos termos deste Regimento Interno;

l) encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhe o prazo, o qual, caso esgotado, sem pronunciamento, nos casos previstos neste Regimento Interno, ensejará a nomeação de relator *ad hoc.*

XXI - praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolizar;

b) encaminhar ao prefeito, por ofício, os Projetos de Lei aprovados, as proposições dos vereadores e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa não aprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e diligenciar para que seus auxiliares compareçam à Câmara para explicações, quando convocados regularmente;

d) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara quando necessário;

XXII – ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com o encarregado do movimento financeiro;

XXIII - determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara Municipal;

XXIV - administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licenças, atribuindo aos seus servidores vantagens legalmente autorizadas e, ainda:

a) determinar a apuração de responsabilidade administrativa aos servidores faltosos e lhes aplicar a respectiva penalidade;

b) julgar os recursos hierárquicos de servidores da Câmara;

c) praticar quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão.

XXV – exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da Câmara;

XXVI – dar provimento aos recursos que forem da sua competência, de acordo com este Regimento Interno;

XXVII – fazer publicar, ao final de cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal, na forma da legislação pertinente;

XXVIII – zelar pelo cumprimento dos deveres dos Vereadores, bem como tomar as providências necessárias à defesa dos seus direitos;

Art. 42. Compete ao Vice-Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, as seguintes:

I - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo;

II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, e em prazo razoável, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo.

III – substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 43. Compete ao Primeiro Secretário, dentre outras atribuições, as seguintes:

I - organizar o Expediente e a Ordem do Dia;

II – proceder à chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente e nos casos previstos neste Regimento Interno, assinando as respectivas folhas;

III – ler a ata, e a matéria do expediente, bem como as proposições e demais papéis sujeitos ao conhecimento ou deliberação do Plenário;

IV – determinar o recebimento e zelar pela guarda das proposições e documentos entregues à Mesa, para conhecimento e deliberação do Plenário;

V – constatar a presença dos Vereadores ao se abrir a sessão, confrontando-a com o Livro de Presença, anotando os presentes e os ausentes, com causa justificada ou não, consignando, ainda, outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o referido livro ao final de cada sessão;

VI – receber e determinar a elaboração de toda a correspondência oficial da Câmara, sujeitando-a ao conhecimento, apreciação e assinatura do Presidente;

VII – fazer a inscrição dos oradores;

VIII – superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião e assinando-a juntamente com o Presidente;

IX – secretariar as reuniões da Mesa redigindo em livro próprio, as respectivas atas;

X – redigir as atas das reuniões secretas e efetuar as transcrições necessárias;

XI – assinar, com o Presidente, os atos da Mesa e os autógrafos destinados à sanção;
XII- cronometrar o tempo das sessões e o do uso da palavra pelos Vereadores;

Art. 44. Compete ao Segundo Secretário:
I – substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos;
II – auxiliar, quando necessário, o Primeiro Secretário.

SEÇÃO VI
DAS CONTAS

Art. 45. As contas do Poder Legislativo compor-se-ão de:
I – balancetes mensais e quadrimestrais que deverão ser distribuídos aos vereadores, até o dia 28 do mês seguinte ao vencido;
II – balanço geral anual, que deverá ser enviado ao Tribunal de Contas dos Municípios até, no máximo, o dia 15 de junho do exercício subsequente àquele a que se referem.
Parágrafo único – Os balancetes e o balanço anual, assinados pelo Presidente, serão publicados para conhecimento geral.

CAPÍTULO III
DO PLENÁRIO

Art. 46. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecido neste Regimento Interno.
§ 1º O local é o recinto de sua sede.
§ 2º A forma legal para deliberar é a reunião.
§ 3º Quórum é o número determinado na lei Orgânica Municipal ou neste Regimento Interno para a realização das reuniões e para as deliberações.
§ 4º Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.
§ 5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito.

Art. 47. As deliberações do Plenário dar-se-ão sempre por voto aberto, exceto nos casos previstos neste Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 48. As reuniões das sessões legislativas ordinárias e extraordinárias da Câmara realizar-se-ão na sala do Plenário, podendo realizar-se fora do recinto da Câmara, mediante requerimento da Mesa Diretora, aprovado por maioria dos votos dos Vereadores, realizando-se, obrigatoriamente, em local amplo, com as portas abertas e com vasta divulgação.
Parágrafo único – Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, a Mesa Diretora designará outro local para a realização das reuniões com ampla divulgação e atendendo aos dispositivos deste Regimento Interno.

Art. 49. Durante as sessões somente os Vereadores, desde que convenientemente trajados, poderão permanecer no recinto do Plenário.
§ 1º A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.
§ 2º A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais, personalidades que se resolvam homenagear ou ouvir e representantes credenciados da imprensa escrita e falada, que terão lugar reservado para esse fim.
§ 3º A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo vereador que o Presidente designar para esse fim.

§ 4º Os visitantes poderão, a critério da Presidência e pelo tempo por este determinado, discursar para agradecer a saudação que lhe for feita.

§ 5º Os servidores da Secretaria da Câmara e visitantes desde que autorizados pelo Presidente, para ter acesso ao Plenário deverão estar usando traje social conveniente para permanecer no mesmo.

§ 6º O acesso ao Plenário no horário da sessão será controlado por um funcionário da Secretaria da Câmara, sendo vedado o acesso de assessor parlamentar e outros funcionários que não sejam da Secretaria Administrativa.

Art. 50. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I – elaborar as leis municipais sobre matérias de competência do Município;

II – discutir e votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

III – apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV – aprovar lei que fixe o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

V – autorizar, sob a forma de lei, observadas as normas constantes da Constituição Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais leis incidentes, os seguintes atos e negócios administrativos, dentre outros:

a) abertura de crédito adicional;

b) realização de operação de crédito;

c) alienação e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais;

d) concessão e permissão de serviço público, exceto nos casos de serviço de saneamento e limpeza urbana;

VI - expedir decretos legislativos quanto aos assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

a) perda do mandato do Prefeito e de Vereador;

b) aprovação ou rejeição das contas do Município;

c) consentimento para o Prefeito ou o Vice-Prefeito se ausentar do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias e em viagem para o exterior;

d) atribuição de homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços a comunidade.

VII – expedir resoluções sobre assuntos de interesse internos, notadamente quanto aos seguintes:

a) alteração deste Regimento Interno;

b) julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos neste Regimento;

c) fixação do subsídio dos Vereadores;

VIII – processar e julgar o Vereador pela prática de falta de ético e decoro parlamentar;

IX - processar e julgar o Prefeito pela prática de infração político-administrativa;

X – solicitar informações ao prefeito sobre assuntos de administração quando delas careça;

XI – convocar os Secretários Municipais ou responsáveis pela administração indireta para prestar informações, nos termos deste Regimento Interno;

XII – eleger a Mesa e as Comissões Permanentes, bem como destituir os seus membros, na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XIII – autorizar a transmissão das sessões da Câmara;

XVI - escolher os representantes da Câmara nos Conselhos Municipais.

CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 51. As comissões, órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre as matérias submetidas à sua apreciação e serão permanentes ou temporárias.

Art. 52. Na constituição de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares com representação na Câmara Municipal.

Parágrafo Único – A Câmara manterá sala específica para os trabalhos das Comissões.

SEÇÃO II
DAS COMISSÕES PERMANENTES
SUBSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 53. As Comissões Permanentes são as que subsistem através da legislatura e têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles exarar parecer.

Art. 54. As Comissões Permanentes são 4 (quatro), compostas cada uma de 3 (três) membros titulares, com as seguintes denominações:

I – Legislação, Justiça e Redação Final;
II – Orçamento, Finanças e Contas;
III – Obras, Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente.
IV – Saúde, Educação e Assistência Social

Art. 55. As Comissões Permanentes serão constituídas na primeira reunião da sessão legislativa ordinária, observado o disposto neste Regimento Interno.

Art. 56. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na primeira sessão ordinária do período legislativo, por um período de 2 (dois) anos, mediante escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador:

I – do partido ainda não representado em outra Comissão;
II – ainda não eleito para nenhuma Comissão, ou;
III – mais idoso.

Art. 57. Os suplentes, no exercício temporário da vereança, e o Presidente da Câmara não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

Parágrafo único – O Vice – Presidente da Mesa, no exercício da Presidência nos casos previstos neste Regimento Interno, não poderá atuar como membro nas Comissões Permanentes que pertencer, enquanto persistir a substituição.

Art. 58. No ato de composição das Comissões Permanentes figurará sempre o nome do Vereador efetivo, ainda que licenciado.

Art. 59. O preenchimento das vagas ocorridas nas Comissões, nos casos de impedimento, destituição ou renúncia, será, apenas, para completar o período referente à vaga aberta.

SUBSEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 60. As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe, dentre outras atribuições previstas neste Regimento Interno:

I – estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame apresentado, conforme o caso:

a) parecer;
b) substitutivos ou emendas;
c) relatório conclusivo sobre as averiguações e inquéritos.

II – promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesse público;

III – tomar a iniciativa de elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais assuntos decorrentes de indicação da Câmara ou de dispositivos regimentais;

IV – redigir o voto vencido em primeira discussão ou em discussão única e oferecer redação final aos projetos, de acordo com o seu mérito, bem como, quando for o caso, propor a reabertura da discussão nos termos regimentais;

V- realizar audiências públicas, nos termos deste Regimento Interno;

VI – convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições no exercício de suas funções fiscalizadoras, nos termos deste Regimento Interno;

VII – receber petições, reclamações, representações ou queixas de associações e entidades comunitárias ou de qualquer pessoa contra atos e omissões de autoridades ou entidades públicas municipais;

VIII – fiscalizar, nos termos deste Regimento Interno, a regularidade, a eficiência e a eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais;

IX – acompanhar, junto ao Executivo Municipal, os atos de regulamentação, velando por sua posterior execução;

X – acompanhar junto ao Executivo Municipal, a elaboração das propostas das leis orçamentárias, bem como a sua posterior execução;

XI – solicitar informações e depoimentos de autoridades ou cidadãos;

XII – apreciar programas de obras, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

Parágrafo único – Os projetos e demais proposições distribuídos às Comissões serão examinados por relator designado ou, quando for o caso, por subcomissão, que emitirá parecer sobre o mérito.

Art. 61. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

I – manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições que tramitam pela Câmara, ressalvada as propostas de leis orçamentárias e os pareceres do Tribunal de Contas dos Municípios, citando, necessariamente, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.

II – desincumbir-se de outras atribuições que lhe confere este Regimento Interno;

III – elaborar a redação final das proposições na forma do Regimento Interno;

Art. 62. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas:

I – examinar e emitir pareceres sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento e aos créditos adicionais;

II – examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, bem como exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

III – receber as emendas, às propostas de leis orçamentárias e sobre elas emitir parecer para posterior apreciação do Plenário;

IV – elaborar a redação final das propostas de leis orçamentárias;

V – opinar sobre proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras que direta ou indiretamente, alteram a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidade para o Erário Municipal ou interesse ao crédito público;

VI – opinar sobre a obtenção de empréstimos junto à iniciativa privada;

VII – examinar e emitir parecer sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, relativo à prestação de contas municipais;

VIII – examinar e emitir parecer sobre proposições que fixem e revisem os vencimentos do funcionalismo e as remunerações do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores;

IX – examinar e emitir pareceres sobre todas as proposituras que, direta ou indiretamente, representem modificação patrimonial do Município;

X – realizar audiência pública para avaliar as metas fiscais a cada quadrimestre de acordo § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 63. Compete à Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente:

I – apreciar e emitir pareceres sobre obras e serviços públicos, em especial sobre:

a) todos os processos atinentes à realização de obras e serviços públicos, bem como o uso, gozo, venda, hipoteca, permuta, outorga de concessão administrativa ou direito real de uso de bens imóveis de propriedade do Município;

b) serviços de utilidade pública sejam ou não objeto de delegação contratual, planos habitacionais elaborados ou executados pelo Município, diretamente ou por intermédio de autarquias ou órgãos paraestatais;

c) obras e serviços públicos realizados ou prestados pelo Município, diretamente ou por intermédio de autarquias ou órgãos paraestatais;

d) transporte, coletivo e individual, frete, carga, utilização das vias urbanas, estradas municipais, bem como a sinalização correspondente;

e) serviços de utilidade pública sejam ou não de concessão municipal, planos habitacionais elaborados ou executados pelo Município, diretamente ou indiretamente;

f) projetos de leis que digam respeito à prestação de serviços públicos municipais;

g) apresentar sugestões e denúncias junto aos órgãos municipais;

h) examinar, a título informativo, os serviços públicos de concessão estadual ou federal que interessem ao município.

i) fiscalizar a execução do Plano Diretor Urbano;

II – apreciar e emitir parecer, fiscalizar e formular políticas agrícolas sobre:

a) agricultura, pecuária, criação animal e pesca;

b) agroindústria, agropecuária e abastecimento;

c) fomento financeiro e política creditícia;

d) distribuição de terras;

e) silvicultura;

f) matérias rurais;

g) fiscalizar as atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primário, secundário e terciário da economia do Município;

h) disciplinar as atividades econômicas desenvolvidas no município;

i) disciplinar as atividades da economia urbana, desenvolvimento técnico e científico aplicado à indústria e ao comércio;

III – examinar e emitir parecer, fiscalizar e formular políticas sobre os processos referentes ao meio ambiente, em especial sobre:

a) matéria referente a meio ambiente, a direito ambiental;

b) política de preservação, proteção e recuperação ambiental;

c) programas de controle, gestão, educação ambiental e monitoramento;

d) sustentabilidade;

e) desenvolvimento sustentável;

f) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais;

g) política de prevenção e combate a caça predatória;

h) flora, fauna, recursos naturais, saneamento, poluição, contaminação, radiação ou qualquer outro que possa comprometer o equilíbrio ecológico ou degradação ambiental;

Art. 64. Compete à Comissão de Saúde, Educação e Assistência Social:

I – manifestar-se sobre os temas ligados à saúde comunitária, emitir parecer, fiscalizar e formular políticas sobre:

a) sistema único de saúde;

b) higiene e saúde pública;

c) profilaxia sanitária, em todos os seus aspectos;

d) vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional;

e) projetos referentes à saúde pública, obras assistenciais, higiene, centros de apoio psicossociais, unidades de saúde;

II - examinar e emitir parecer, fiscalizar e formular políticas sobre os processos referentes à educação, ao ensino, e em especial sobre:

a) o sistema municipal de ensino, convênios escolares, cultura e patrimônio histórico;
b) programas de merenda e transporte escolar;
c) projetos, convênios e contratos referentes à educação, ensino e artes, cultura esportes e lazer;
III – manifestar-se sobre os temas ligados a assistência social, emitir parecer, fiscalizar e formular políticas sobre:
a) bem estar e assistência social no município;
b) projetos referentes obras assistenciais e centros de apoio psicossociais;

Art. 65. É vedado às Comissões Permanentes, ao apreciarem proposições ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aquelas que não sejam de suas atribuições específicas.

Art. 66. É obrigatório o parecer das Comissões Permanentes nos assuntos de sua competência, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

SUBSEÇÃO III
DOS PRESIDENTES E SECRETÁRIOS

Art. 67. As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger seus respectivos Presidentes e Secretários.

Art. 68. Ao Presidente da Comissão Permanente compete:
I – convocar por escrito todos os integrantes da Comissão para as reuniões com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas, prazo este dispensado caso, no ato de convocação, estejam todos os presentes;
II – convocar audiências públicas, ouvida a Comissão;
III- presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;
IV- convocar reuniões extraordinárias de ofício ou a requerimento da maioria dos membros da comissão;
V - receber as matérias de competência da comissão e, alternadamente, designar relator entre todos os membros presentes na reunião, observada a ordem cronológica de apresentação e assegurada igualdade na distribuição dos processos;
VI – submeter à votação as questões da competência da Comissão, debater e proclamar o resultado das eleições;
VII – zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;
VIII – conceder vista das proposições em regime de tramitação ordinária aos membros da Comissão pelo prazo máximo de 2 (dois) dias;
IX – representar a comissão nas relações com a Mesa e com o Plenário;
X – resolver na forma regimental todas as questões de ordem suscitadas nas reuniões da comissão;
XI – enviar à Mesa as matérias da competência da comissão destinadas ao conhecimento do Plenário;
XII – solicitar ao Presidente, mediante ofício, providências junto às Lideranças Partidárias, no sentido de serem indicados substitutos para os membros da Comissão em caso de vaga, licença ou impedimento;
XIII – anotar no livro de presença da comissão o nome dos membros presentes e faltosos, o resumo da matéria tratada e a conclusão a que tiver chegado à comissão, rubricando a folha ou folhas respectivas;
XIV – avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não tenha feito o relator no prazo regimental;
Parágrafo único. As Comissões Permanentes não poderão se reunir durante a fase de ordem do dia das reuniões da Câmara.

Art. 69. O Presidente da Comissão Permanente terá direito a voto.

Art. 70. Dos atos do Presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, recurso ao Plenário obedecendo-se o previsto neste Regimento Interno.

Art. 71. Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer matéria em reunião conjunta, a Presidência dos trabalhos caberá ao Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Parágrafo único – Na ausência do Presidente da comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a reunião conjunta a que se refere o *caput* deste artigo será presidida pelo vereador mais idoso entre os presentes.

Art. 72. Os Presidentes das Comissões Permanentes poderão se reunir mensalmente, sob a Presidência do Presidente da Câmara, para examinar assuntos de interesse comum das Comissões e determinar providências para o melhor e mais rápido andamento das proposições.

Art. 73. Ao Secretário da Comissão Permanente compete:

I – presidir as reuniões da Comissão na ausência do Presidente;

II – fazer observar os prazos regimentais dos processos que tramitam na Comissão;

III – providenciar a publicação dos extratos das atas e dos pareceres da Comissão, na imprensa oficial ou no mural da Câmara;

IV – proceder à leitura das atas e correspondências recebidas pela Comissão.

SUBSEÇÃO IV
DAS REUNIÕES

Art. 74. As Comissões Permanentes reunir-se-ão:

I – ordinariamente, às quartas-feiras às 15:00 horas, exceto nos dias de feriado e de ponto facultativo.

II – extraordinariamente, sempre que necessário mediante convocações de ofício pelos respectivos Presidentes ou a requerimento da maioria dos membros da comissão, mencionando-se, em ambos os casos, a matéria a ser apreciada.

§ 1º. Quando a Câmara estiver em recesso, as Comissões só poderão se reunir em caráter extraordinário, para tratar de assunto relevante e inadiável.

§ 2º. As Comissões não poderão se reunir no decorrer das sessões ordinárias, ressalvados os casos expressamente previstos neste Regimento.

§ 3º. Os horários das reuniões ordinárias das Comissões previstos neste Regimento poderão sofrer alterações, mediante consenso entre todos os membros da respectiva Comissão, constando a deliberação em ata.

Art. 75. As Comissões Permanentes devem se reunir em local destinado a esse fim, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único – Quando, por qualquer motivo, a reunião tiver de se realizar em outro local, é indispensável à comunicação por escrito e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a todos os membros da Comissão.

Art. 76. As reuniões das Comissões serão restritas aos vereadores, salvo deliberação em contrário.

Parágrafo único – Nas reuniões secretas só poderão estar presentes os membros da Comissão e as pessoas por ela convocadas.

Art. 77. Das reuniões das Comissões lavar-se-ão atas com o sumário do que nela houver ocorrido assinada pelos membros presentes.

Parágrafo único – As atas das reuniões secretas, uma vez aprovadas, depois de rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo Presidente, Secretário e Relator, serão recolhidas aos arquivos da Câmara.

Art. 78. Poderão participar das reuniões das Comissões Permanentes técnicos de reconhecida competência na matéria ou representante de entidades idôneas, em condições de propiciar esclarecimentos sobre o assunto submetido à sua apreciação.

Parágrafo único. O convite de que trata o caput deste artigo será formulado pelo Presidente da Comissão por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

SUBSEÇÃO V
DOS TRABALHOS

Art. 79. As Comissões somente deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

Art. 80. Salvo as exceções previstas neste Regimento Interno, cada Comissão terá o prazo de 20 (vinte) dias para emitir parecer sobre qualquer matéria, prorrogável por igual período, pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento devidamente fundamentado.

§ 1º O prazo previsto neste artigo começará a correr na data em que o processo der entrada na Comissão.

§ 2º O Presidente da Comissão, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, designará o respectivo relator.

§ 3º O relator terá o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para se manifestar, por escrito, a partir da data da distribuição.

§ 4º Em caso de pedido de vista, será concedida vista pelo prazo máximo e improrrogável de 3 (três) dias corridos, observados os limites dos prazos estabelecidos no caput deste artigo.

§ 5º O pedido de vista, do processo só será concedido depois de devidamente relatado.

§ 6º Não serão aceitos pedidos de vista de processos em fase de redação, de acordo com o voto vencido em primeira discussão, nem em fase de redação final.

Art. 81. Decorridos os prazos previstos no artigo anterior, deverá o processo ser devolvido à Secretária, com ou sem parecer e, na falta deste o Presidente da Comissão declarará o motivo.

Art. 82. Dependendo o parecer de exame de qualquer outro processo ainda não entregue à comissão, deverá seu Presidente requisitá-lo ao Presidente da Câmara.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, os prazos estabelecidos neste Regimento Interno ficarão sem fluência, por 10 (dez) dias corridos, no máximo, a partir da data da requisição.

§ 2º A entrada do processo requisitado pela comissão antes de decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior dará continuidade à fluência do prazo interrompido.

Art. 83. Caso o parecer dependa da realização de audiência pública, os prazos estabelecidos neste Regimento Interno ficam sobrestados por 10 (dez) dias úteis, para a sua realização.

Art. 84. Decorridos os prazos de todas as comissões para as quais tenham sido enviados, poderão os processos ser incluídos na ordem do dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário.

Parágrafo único – Para os fins do disposto neste artigo, o Presidente da Câmara, se necessário, determinará a pronta tramitação do processo.

Art. 85. As Comissões Permanentes deverão solicitar do Executivo Municipal, por intermédio do Presidente da Câmara, todas as informações julgadas necessárias, desde que se refiram a proposição sob a sua apreciação.

§ 1º O pedido de informações dirigido ao Executivo Municipal interrompe os prazos previstos neste Regimento Interno.

§ 2º A interrupção mencionada no parágrafo anterior cessará ao período de 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que for expedido o respectivo ofício, se o Executivo, dentro deste prazo, não tiver prestado as informações requisitadas.

§ 3º a remessa das informações antes de decorridos os 30 (trinta) dias dará continuidade ao prazo interrompido.

§ 4º Além das informações prestadas, somente serão incluídos no processo sob exame da Comissão Permanente os respectivos pareceres e as transcrições das audiências públicas realizadas.

Art. 86. Quando qualquer processo for distribuído a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvido em primeiro lugar a Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, quanto ao aspecto legal ou constitucional e, por último, a de Orçamento, Finanças e Contas quando for o caso.

Parágrafo único – No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 87. Mediante comum acordo de seus Presidentes, em caso de urgência justificada, poderão as Comissões permanentes realizar reuniões conjuntas para exame de proposições ou qualquer matéria a elas submetidas, facultando-se, neste caso, a apresentação de parecer conjunto.

Art. 88. A manifestação de uma comissão sobre determinada matéria não exclui a possibilidade de nova manifestação, mesmo em proposição de sua autoria, se o Plenário assim deliberar.

Art. 89. O recesso da Câmara interrompe todos os prazos considerados nesta Subseção.

Parágrafo único – A interrupção disposta no *caput* deste artigo se aplica aos projetos com prazo para apreciação previsto neste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO VI
DOS PARECERES

Art. 90. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§1º Salvo os casos expressamente previstos neste Regimento, o parecer será escrito e constará de 4 (quatro) partes:

I – relatório, em que se fará exposição da matéria em exame;

II- análise, em que consiste estudar cada parte da matéria em exame;

III – conclusão, em que o relator, em termos sintéticos, expressará sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria, e quando for o caso, oferecer-lhe a substitutivo ou emenda;

IV – voto da Comissão, decisão, em que, por meio da assinatura de seus membros, a Comissão votará a favor ou contra a matéria.

§ 2º É dispensável o relatório nos pareceres, substitutivos, emendas ou subemendas.

§ 3º O Presidente da Câmara devolverá à comissão o parecer escrito que não atenda às exigências deste artigo, para ser devidamente redigido.

Art. 91 Os pareceres verbais dados em Plenário, bem como suas retificações, nos casos expressos neste Regimento Interno obedecerão às seguintes normas:

I – o Presidente da Câmara convidará o Presidente da comissão a relatar ou designar relator para a proposição;

II – o Presidente da Comissão ou o relator designado dará o parecer e, se não houver qualquer manifestação contrária por parte dos demais membros da Comissão presentes no Plenário, será tido como a decisão final sobre a matéria;

III – havendo manifestação contrária imediata, de qualquer membro da Comissão presente no Plenário, o Presidente da Câmara Municipal tomará os votos dos membros da Comissão presentes, sendo considerado como parecer o resultado da maioria dos votos obtidos;

IV – na hipótese do inciso anterior será assegurado ao membro da Comissão o tempo de 15 (quinze) minutos para prolatar seu voto em separado.

V – no caso de empate prevalecerá o voto do Presidente da Comissão ou relator designado.

Art. 92. Os membros das Comissões Permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação do relator, mediante voto.

§ 1º O relatório somente será transformado em parecer, se aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

§ 2º A simples aposição da assinatura, sem qualquer outra observação, implicará a concordância total do signatário com a manifestação do relator.

§ 3º Poderá o membro de Comissão Permanente exarar voto fundamentado em separado:

I – pelas conclusões, quando favorável às conclusões do relator, mas com diversa fundamentação;

II – aditivo, quando favorável às conclusões do relator, mas acrescente novos argumentos à sua fundamentação;

III – contrário às conclusões do relator.

§ 4º O voto do relator não acolhido pela maioria dos membros da Comissão constituirá voto vencido.

§ 5º O voto em separado, divergente ou não das conclusões do relator, desde que acolhido pela maioria da comissão, passará a constituir seu parecer.

Art. 93. Para emitir parecer verbal, nos casos expressamente previstos neste Regimento, o relator, ao fazê-lo, indicará sempre os nomes dos membros da comissão ouvidos e declarará quais os que se manifestaram favoráveis e quais os contrários à proposição.

Art. 94. Concluído o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer proposição, deverá ser submetido ao Plenário, para que, em discussão e votação única, seja apreciada essa preliminar.

Parágrafo único – Aprovado o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final que concluir pela inconstitucionalidade ou ilegalidade da proposição, será arquivado e, quando rejeitado o parecer, encaminhado às demais Comissões.

Art. 95. O Projeto de lei que receber parecer contrário de todas as comissões quanto ao mérito será tido como rejeitado, salvo quando o Plenário deliberar contrário.

SUBSEÇÃO VII
DA VACÂNCIA, LICENCIAMENTO E IMPEDIMENTOS

Art. 96. A vacância das Comissões Permanentes verificar-se-á com a:

I – renúncia;

II – destituição;

III – perda de mandato do Vereador.

Art. 97. A renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será ato irrevogável, desde que formulada por escrito e dirigida à Presidência da Câmara.

Art. 98. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso deixem de comparecer, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, não mais podendo participar de qualquer Comissão Permanente até o final da sessão legislativa.

Parágrafo único – As faltas às reuniões das Comissões Permanentes poderão ser justificadas, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência do justo motivo, aplicando-se, neste caso, a regra regimental sobre as faltas dos Vereadores.

Art. 99. A destituição do cargo na Comissão Permanente dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara, que, após comprovar a ocorrência das faltas e a ausência de justificação em tempo hábil, observado o devido processo legal, declará-lo-á vago.

Art. 100. O Presidente de Comissão Permanente poderá ser destituído quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário que respeitará o devido processo legal, iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, cabendo a decisão final ao Presidente da Câmara.

Art. 101. O Presidente da Câmara preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões Permanentes, de acordo com a indicação do líder do Partido respectivo, não podendo a nomeação recair sobre renunciante ou o destituído.

Art. 102. O Vereador que se recusar a participar das Comissões Permanentes, ou for renunciante ou destituído de qualquer delas, não poderá ser nomeado para integrar Comissões de Representação até o final da sessão legislativa.

Art. 103. No caso de licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do líder do partido a que pertença o Vereador licenciado ou impedido.

Parágrafo único – A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

SEÇÃO III
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS
SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 104. Comissões Temporárias são aquelas constituídas com finalidade especiais e que se extinguem com o término da Legislatura, ou antes, dela, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Art. 105. As Comissões Temporárias poderão ser:

I – Especiais;

II – De Representação;

III – Especial de Investigação;

IV – Parlamentares de Inquérito.

SUBSEÇÃO II
DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 106. As Comissões Especiais são àquelas destinadas à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º As Comissões Especiais serão constituídas mediante apresentação de projetos de resolução, aprovado por maioria simples.

§ 2º O projeto de resolução que alude o parágrafo anterior, independentemente de parecer, terá uma única discussão e votação na ordem do dia da mesma reunião de sua apresentação.

§ 3º O projeto de resolução que propõe a constituição da comissão especial deverá indicar, necessariamente;

a) a finalidade, devidamente fundamentada;

b) o número de 3 (três) membros para compor a comissão;

c) o prazo de funcionamento.

§ 4º Ao Presidente da Câmara caberá indicar os Vereadores que comporão a Comissão Especial.

§ 5º O primeiro ou o único signatário do projeto de resolução que propuser a criação da Comissão Especial será o Presidente.

§ 6º Concluídos seus trabalhos, a Comissão Especial elaborará parecer sobre a matéria, que será protocolizado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário, na primeira reunião ordinária subsequente.

§ 7º A Secretária da Câmara extrairá cópia do parecer para o Vereador que a solicitar.

§ 8º Se a Comissão Especial deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento através de projeto de resolução.

SUBSEÇÃO III
DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 107. As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive participação em congressos.

§ 1º As Comissões de Representação serão constituídas:

I – mediante projeto de resolução, aprovado por maioria simples dos Vereadores e submetido à discussão e votação única na ordem do dia da sessão seguinte à sua apresentação, se acarretar despesas;

II – mediante simples requerimento, submetido à discussão e votação única na fase do expediente da mesma reunião de sua apresentação, quando não acarretar despesas.

§ 2º No caso do inciso I, do parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvida a Comissão de Orçamento e Finanças, no prazo de 3 (três) dias, contados da apresentação do Projeto respectivo.

§ 3º Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

a) a finalidade;

b) o número de membros não superior a 3 (três);

c) o prazo de duração.

§ 4º Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara.

§ 5º A Comissão de Representação será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários da resolução que a criou, quando dela não faça parte o Presidente ou o Vice-Presidente da Câmara.

§ 6º Os membros da Comissão de Representação poderão requerer licença ao Presidente, quando necessária.

§ 7º Os membros da Comissão de Representação, constituída nos termos desta subseção, deverão apresentar ao Plenário relatório das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como a prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo máximo de dez (10) dias após o seu término.

SUBSEÇÃO IV

DAS COMISSÕES ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO

Art. 108. As Comissões Especiais de Investigação serão constituídas com as seguintes finalidades:

I – apurar infrações político-administrativas do Prefeito;

II – apurar as faltas de ético-parlamentares dos Vereadores;

III – apurar as faltas que acarretarem a destituição dos membros da Mesa Diretora.

Art. 109. Os trabalhos das Comissões Especiais serão regidos de acordo com este Regimento e pelo disposto na Lei Orgânica Municipal.

SUBSEÇÃO V
DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Art. 110. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão instaladas e regidas de acordo com este Regimento e com os poderes previstos em leis.

§ 1º Da denúncia sobre irregularidade e a indicação de provas a serem produzidas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 2º O Requerimento de constituição deverá conter, ainda:

a) a finalidade para a qual se constituiu devidamente fundamentada e justificada;

b) o prazo de funcionamento, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias;

c) a indicação se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

Art. 111. Aprovado o requerimento nos termos do artigo anterior, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que será composta de 3 (três) membros, será constituída por ato da Presidência, que nomeará os membros desta Comissão por indicação dos líderes dos partidos.

§ 1º Considerar-se-ão impedidos de atuar nesta comissão, os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, bom como aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e, ainda, aqueles que forem indicados no requerimento de constituição para servir como testemunhas.

§ 2º O primeiro signatário do requerimento que propôs a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, fará parte, obrigatoriamente, de seus trabalhos, como um de seus membros.

§ 3º Não havendo acordo das lideranças no tocante à indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, proceder-se-á à escolha por eleição, votando cada Vereador, inclusive o Presidente da Câmara, em um único nome para membro da Comissão, considerando-se eleitos e, por conseguinte, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, os três vereadores mais votados.

Art. 112. Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver em funcionamento na Câmara Municipal outra comissão apurando denúncias ou fatos idênticos.

Art. 113. Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, seus membros elegerão na primeira reunião realizada e dentre os Vereadores nomeados, o Presidente, Secretário e respectivo Relator.

Parágrafo único – Ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito é atribuída a competência de representar a Comissão.

Art. 114. A Comissão Parlamentar de Inquérito reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal em sala própria, cabendo ao seu Presidente determinar a data e horários das reuniões.

§ 1º Fica facultado ao Presidente da Comissão requisitar, se for o caso, funcionários da Câmara, para secretariarem os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 2º Em caso excepcional, e devidamente justificado, poderá o Presidente da Comissão requisitar ao Presidente da Câmara o assessoramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, por profissionais técnicos na matéria em exame, desde que a própria Câmara Municipal não disponha de tal funcionário em seu quadro.

Art. 115. As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º As convocações para as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, deverão ser recebidas pelos seus membros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo em caso de reunião extraordinária, desde que justificada a urgência da convocação.

§ 2º Seus membros, em caso de ausência, deverão justificar o motivo do não comparecimento ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, na primeira reunião subsequente à ausência.

Art. 116. No exercício de suas atribuições e no interesse da investigação, poderá, ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através do seu Presidente:

I – determinar as diligências que se fizerem necessárias aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito;

II – convocar e tomar depoimento de autoridades municipais, bem como de qualquer cidadão, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

III – requisitar dos responsáveis pelas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos seus trabalhos;

IV- requerer a intimação judicial ao juízo competente e nos termos da legislação pertinente, quando do não comparecimento do intimado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito por 02 (duas) convocações consecutivas.

Art. 117. Todos os documentos encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como convocações, atos da Presidência da Comissão e diligências, serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que será seu responsável, até o término dos seus trabalhos.

Parágrafo único – Dos depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas inquiridas, além da assinatura dos membros presentes ao ato, deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura do depoente.

Art. 118. O desatendimento às disposições contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, sem motivo justificado, faculta ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar a intervenção do Poder Judiciário, na forma da legislação pertinente.

Art. 119. Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não concluir os seus trabalhos dentro do prazo regimental estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, por maioria absoluta e antes do término do prazo, a requerimento de membro da Comissão, a prorrogação do prazo para seu funcionamento.

§ 1º O requerimento que solicitar a prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito será apreciado na mesma reunião de sua apresentação.

§ 2º Somente será admitido um pedido de prorrogação na forma estabelecida pelo *caput* deste artigo, não podendo o prazo de prorrogação ser superior àquele fixado originalmente para funcionamento a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 120. A Comissão Parlamentar de Inquérito concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

a) exposição dos fatos submetidos à apuração;

b) exposição e análise das provas colhidas;

c) conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;

d) conclusão sobre a autoria dos fatos apurados, se existentes;

e) sugestão das medidas a serem tomadas, devidamente fundamentadas e justificadas, indicando as autoridades, dente elas, o Ministério Público, e ou pessoas que tiverem a devida competência para a adição das providências sugeridas.

Art. 121. Elaborado o relatório, deverá ser apreciado em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, previamente agendada.

§ 1º A simples aposição da assinatura, sem qualquer observação, implicará a concordância total do signatário com os termos e manifestações do Relator.

§ 2º Poderá o membro da Comissão, exarar voto em separado nos termos deste Regimento Interno.

Art. 122. Se o relatório a que se refere o artigo anterior não for acolhido pela maioria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, será considerado rejeitado, apreciando-se, em seguida, o voto divergente apresentado em separado.

Parágrafo único – O voto acolhido pela maioria dos membros da comissão será considerado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 123. O relatório final, aprovado e assinado nos termos desta Subseção, será protocolizado na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, devendo o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito comunicar, em Plenário, a conclusão dos trabalhos da Comissão.

Parágrafo único – O relatório final será lido pelo Relator da Comissão, durante o expediente da primeira sessão ordinária subsequente, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento Interno.

Art. 124. Deverão ser anexados ao processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, cópias do relatório final e do voto ou votos em separado, bem como do ato da Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito que registra o fim dos trabalhos da Comissão.

Art. 125. A Secretaria Administrativa da Câmara Municipal fornecerá cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independentemente de requerimento.

Art. 126. O relatório final independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas ou autorizar o seu devido arquivamento.

CAPÍTILO V
DOS VEREADORES
SEÇÃO I
DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA
SUBSEÇÃO I
DOS DEVERES E DIREITOS

Art. 127. São deveres do Vereador, além de outros previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:

I – respeitar, defender e cumprir a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais leis;

II – agir com respeito ao Executivo e ao Legislativo, colaborando para o bom desempenho de cada um desses Poderes;

III – usar de suas prerrogativas exclusivamente para atender ao interesse público;

IV – obedecer às normas regimentais;

V – representar a comunidade, comparecendo convenientemente trajado, à hora regimental, nos dias designados, para a abertura das sessões, nelas permanecendo até o seu término;

VI – participar dos trabalhos do Plenário e comparecer às reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias, das quais seja integrante, prestando informações, emitindo pareceres nos processos que lhe forem distribuídos, sempre com observância dos prazos regimentais;

VII – votar as preposições submetidas à deliberação da Câmara, ressalvadas as disposições em contrário previstas neste Regimento Interno;

VIII – desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos, salvo motivo fundamentado apresentado a Presidência ou à Mesa, conforme o caso;

IX – propor à Câmara todas as medidas que julga convenientes aos interesses do Município e à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público;

X – comunicar suas faltas ou ausências, quando tiver motivo justo para deixar de comparecer às sessões plenárias ou às reuniões das Comissões;

XI – desincompatibilizar-se, nos casos previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal;

XII – fazer declaração pública de bens, no ato da posse e ao término do mandato, conforme determinado em legislação federal.

Art. 128. São direitos do Vereador, além de outros previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:

I – inviolabilidade por sua opinião, palavras e votos, no exercício de mandato e na circunscrição do Município;

II – remuneração condigna;

III – licença, nos termos deste Regimento Interno;

IV – oferecer proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara Municipal;

V – votar na eleição da Mesa e das Comissões;

VI – concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

VII – usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem ao interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento;

VIII – votar as proposições submetidas à deliberação do Plenário, salvo os casos previstos neste Regimento Interno;

SEÇÃO II
DA REMUNERAÇÃO

Art. 129. O Vereador fará jus a subsídio único, que será fixado em conformidade do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A ausência do Vereador nas sessões ordinárias sem justificativa aceitável implica na perda de 25% (vinte e cinco) do subsídio mensal, por cada sessão;

§ 2º A ausência do vereador em reunião de Comissão sem justificativa aceitável, implica na perda de 1/8 (um oitavo) do subsídio mensal.

SEÇÃO III
DAS VEDAÇÕES

Art. 130. O Vereador não poderá descumprir vedações previstas na Lei Orgânica Municipal sob pena de incorrer em sanções nela previstas.

SEÇÃO IV

DAS VAGAS

Art. 131. As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda do mandato.

Art. 132. Os casos e procedimento para declaração de extinção do mandato do Vereador operar-se-á de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 133. Os casos e o procedimento para declaração da perda do mandato do Vereador por causas extintivas de mandato operar-se-ão de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 134. As faltas ético-parlamentares e respectivo processo de cassação do mandato do Vereador pela Câmara Municipal serão promovidos conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO V
DO DECORO PARLAMENTAR
SUBSEÇÃO I
DAS CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR

Art. 135. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura verbal:

I – descumprir os deveres inerentes ao mandato;

II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara Municipal;

III – perturbar a ordem das reuniões das sessões legislativas e das Comissões.

Parágrafo único. A censura verbal será aplicada em reunião, pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem os substituir, assegurada a ampla defesa.

Art. 136. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura escrita:

I – usar, em discurso ou proposição, expressões que contenham incitamentos à prática de crimes;

II – praticar ofensas físicas ou morais, na sede da Câmara, a outro parlamentar, a Mesa ou Comissão ou seus respectivos Presidentes.

Parágrafo único. A censura escrita será imposta pela Mesa Diretora, assegurada a ampla defesa.

Art. 137. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a suspensão temporária do mandato:

I – reincidir nas hipóteses previstas no artigo anterior;

II – revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão haja resolvido manter secretos;

III – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental.

Parágrafo único. A penalidade prevista neste artigo será aplicada pelo Plenário, por maioria absoluta e escrutínio secreto, assegurada a ampla defesa.

Art. 138. Além das condutas incompatíveis com o decoro parlamentar previstas na Lei Orgânica Municipal, a reincidência naquelas arroladas no artigo anterior enseja a cassação do mandato de Vereador.

Parágrafo único - O Processo de cassação do mandato a que se refere este artigo obedecerá ao disposto em Legislação Federal e na Lei Orgânica Municipal

Art. 139. Quando, no curso de uma discussão, um Vereador for acusado de ato que ofenda sua honorabilidade, poderá solicitar ao Presidente da Câmara ou à Comissão, que mande apurar a veracidade da arguição e aplique sanção cabível ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

SEÇÃO VI
DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 140. Será atribuída falta ao Vereador que não assinar o livro de presença até o início da ordem do dia e participar dos trabalhos do Plenário, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§1º. Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos: doença, luto, solenidades oficiais, participação em eventos oficiais inerentes ao exercício do mandato, paternidade ou viagem administrativa, bem como o desempenho de missões oficiais da Câmara Municipal.

§ 2º A justificação das faltas far-se-á de forma fundamentada, por ofício ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 141. O Vereador poderá licenciar-se nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 142. Os requerimentos de licença deverão ser apresentados e, posteriormente, deliberados no expediente da reunião de sua apresentação, tendo preferência regimental sobre qualquer matéria que não possua prioridade legal.

§1º. O requerimento de licença para tratamento por saúde deve ser acompanhado de atestado médico.

§2º. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever requerimento de licença por motivo de saúde, a iniciativa caberá ao Presidente da Mesa.

§3º. É facultado ao Vereador prorrogar seu período de licença, através de novo requerimento, atendidas as disposições desta Seção.

SEÇÃO VII
DA SUPLÊNCIA

Art. 143. O suplente sucederá o titular nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 144. A convocação do suplente proceder-se-á de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 145. O suplente de Vereador, quando no exercício do mandato, tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e obrigações do titular e como tal deve ser considerado.

Art. 146. Enquanto não ocorrer a posse do suplente, o quórum será calculado em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 147. Se ocorrer vaga e não houver suplente, faltando mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato, a Câmara Municipal representará à Justiça Eleitoral para a realização das eleições para preenchê-la.

CAPÍTULO VI
DAS LIDERANÇAS

Art. 148. Líder é o Vereador que fala autorizadamente em nome do seu partido, sendo o seu porta-voz oficial, em relação a todos os órgãos da Câmara Municipal.

Art. 149. O Líder e o Vice-Líder serão escolhidos conforme disposto na legislação federal.

Art. 150. No início de cada sessão legislativa ordinária, os partidos comunicarão à Mesa Diretora a escolha de seus Líderes e Vice-líderes.

Art. 151. São atribuições do Líder:
I – fazer comunicação de caráter inadiável à Câmara Municipal por 5 (cinco) minutos, vedados os apartes;
II – indicar o orador do partido nas solenidades;
III – fazer o encaminhamento de votação ou indicar Vereador para substituí-lo nesta função;
IV – indicar os membros de seu partido nas Comissões Permanentes e Temporárias, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 152. O Líder e o Vice-líder podem fazer parte de Comissões Permanentes e Temporárias, exceto no cargo de Presidente e Vice-Presidente destas.

Art. 153. O Líder e o Vice-líder do Governo serão indicados de ofício pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 154. Os partidos com representação na Câmara Municipal poderão agrupar-se em blocos, sendo-lhes permitindo formar suas Lideranças.

Art. 155. Aplicam-se, no que couberem, as disposições deste Capítulo às lideranças de blocos parlamentares de que trata o artigo anterior.

TÍTULO II
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS
CAPÍTULO I
DA LEGISLATURA

Art. 156. A Legislatura terá a duração de quatro anos, sendo dividida em 04 (quatro) Sessões Legislativas, com início cada uma em 5 de fevereiro e término em 15 de dezembro de cada ano, ressalvada a de inauguração da Legislatura, que se inicia em 1º de janeiro.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 157. Sessão legislativa ordinária é a correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante um ano civil.
Parágrafo único - A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, apresentados antes do recesso parlamentar.

Art. 158. As sessões legislativas ordinárias da Câmara são:
I – de instalação;
II – solenes;
III – ordinárias;
IV – extraordinárias;
V – secretas.

Art. 159. As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando da ocorrência de motivo relevante ou nos casos previstos no Regimento Interno.

Art. 160. As sessões, ressalvadas as solenes, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, constada através de chamada nominal.

Art. 161. Em sessão cuja abertura e prosseguimento dependam de quórum, este poderá ser constado através de verificação de presença feita de ofício pelo Presidente ou a pedido de qualquer Vereador.

§ 1º. Ressalvada a verificação do *caput deste artigo* nova verificação somente será deferida depois de decorridos 30 (trinta) minutos do término da verificação anterior.

§ 2º. Ficará prejudicada a verificação de presença se, ao ser chamado, encontrar-se ausente o Vereador que a solicitou.

SEÇÃO II
DAS REUNIÕES
SUBSEÇÃO I
DA DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO

Art. 162. As reuniões da Câmara terão a duração máxima de 3 (três) horas, podendo ser prorrogadas por deliberação do Presidente ou a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único - O requerimento de prorrogação não poderá ser objeto de discussão.

Art. 163. A prorrogação da reunião será por tempo determinado não inferior a meia hora nem superior a 2 (duas) horas e só será concedido para que se ultime a discussão e votação das proposições em debate.

§ 1º. Se forem apresentados dois ou mais requerimentos de prorrogação de sessão, serão votados na ordem cronológica de apresentação sendo que, aprovado qualquer deles, considerar-se-ão prejudicados os demais.

§ 2º. Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou inferior ao que já foi concedido.

§ 3º. O requerimento de prorrogação ficará prejudicado pela ausência de seu autor no momento da votação.

§ 4º. Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados à Mesa a partir de 10 (dez) minutos antes do término da ordem do dia, e, nas prorrogações concedidas, a partir de 5 (cinco) minutos antes de se esgotar o prazo prorrogado, alertado o Plenário pelo Presidente.

§ 5º Quando, dentro dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, o autor do requerimento de prorrogação solicitar sua retirada, poderá qualquer outro Vereador, falando pela ordem, manter o pedido de prorrogação, assumido, então, a autoria e dando-lhe plena validade regimental.

§ 6º. Nenhuma sessão poderá estender-se além das 24 (vinte e quatro) horas do dia em que foi iniciada, ressalvadas os casos previstos neste Regimento.

§ 7º. As disposições contidas nesta Subseção não se aplicam às sessões solenes.

SUBSEÇÃO II
DA SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO

Art. 164. A sessão poderá ser suspensa:

I – para a preservação da ordem;

II – para permitir, quando for o caso, que a comissão possa apresentar parecer verbal ou escrito;

III – para recepcionar visitantes ilustres.

§ 1º. A suspensão da reunião no caso do inciso II, não poderá exceder a 15 (quinze) minutos.
§ 2º. O tempo de suspensão não será computado no de duração da reunião.

Art. 165. A reunião será encerrada antes da hora regimental nos seguintes casos:
I – por falta de quórum regimental para o prosseguimento dos trabalhos;
II – em caráter excepcional, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou na ocorrência de calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante requerimento subscrito, no mínimo, por 1/3 (um terço) dos Vereadores, sobre o qual deliberará o Plenário;
III – tumulto grave.

SUBSEÇÃO III
DA PUBLICIDADE

Art. 166. Será dada ampla publicidade às reuniões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa e publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no veículo de imprensa oficial do Município.

Art. 167. As sessões da Câmara, nos termos deste Regimento Interno, poderão ser transmitidas pelos meios de comunicações, desde que contratado mediante licitação ou de forma voluntária.

SUBSEÇÃO IV
DAS ATAS

Art. 168. Serão lavradas atas das sessões, nas quais constará a relação dos vereadores presentes, bem como referências a todos os atos relevantes nelas ocorridos resumidamente, além de outros dados determinados pelo Presidente, de ofício, ou requerimento de qualquer vereador.
§ 1º. Os documentos apresentados em sessão e as proposições conterão, apenas, a declaração do seu objeto.
§ 2º. A transcrição de declaração de voto, feita resumidamente, por escrito, deve ser requerida ao Presidente.
§ 3º A ata da sessão anterior ficará a disposição dos Vereadores para verificação na Secretaria da Câmara durante 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.
§ 4º. A ata da sessão anterior será votada, após discussão na fase do expediente da reunião ordinária subsequente.
§ 5º. Se não houver quórum para deliberação, os trabalhos terão prosseguimento e a votação da ata far-se-á em qualquer fase da sessão, logo que constatar a existência de número regimental para deliberação.
§ 6º. Se o Plenário, por falta de quórum não deliberar sobre a ata até o encerramento da sessão, a votação será transferida para o expediente da sessão ordinária seguinte.
§ 7º. A ata poderá ser impugnada:
I – quando for totalmente inválida ou por não descrever os fatos e situações realmente ocorridos;
II – mediante requerimento de invalidação.
§ 8º. Poderá ser requerida a ratificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.
§ 9º. Cada Vereador poderá falar sobre a ata apenas uma vez por tempo nunca superior a 5 (cinco) minutos, não sendo permitidos apartes.
§ 10. Feita a impugnação ou solicitação de retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito.

§ 11. Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata e, aprovada a retificação, será ela incluída na ata da reunião da sessão legislativa em que ocorrer a sua votação.

§ 12. Votada e aprovada à ata, será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretários e vereadores presentes.

Art. 169. A ata da última sessão de cada Legislatura será redigida e submetida à aprovação do Plenário, independente de quórum, antes de encerrada a sessão legislativa ordinária.

SEÇÃO III
DAS SESSÕES ORDINÁRIAS
SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 170. As sessões ordinárias serão semanais, realizando-se as sexta-feira, com início às 19:00 horas.

§ 1º. Recaindo a data de alguma sessão ordinária em dia de ponto facultativo ou feriado, sua realização ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, ressalvada a sessão de instalação da legislatura, nos termos deste Regimento Interno.

§ 2º. A sessão ordinária da sessão legislativa ordinária poderá ter o seu horário transferido, desde que seja aprovado por dois terço de seus membros, ressalvada a reunião da sessão legislativa extraordinária.

Art. 171. As sessões ordinárias compõem-se de três partes:

I – expediente;

II – ordem do dia;

III – explicação pessoal.

Parágrafo único. Entre o final do expediente e o início da ordem do dia poderá haver um intervalo de até 15 (quinze) minutos.

Art. 172. O Presidente declarará aberta a sessão, à hora prevista para o início dos trabalhos, após verificação do comparecimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§ 1º. Não havendo número regimental para a instalação, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos, após o qual declarará prejudicada a sessão, lavrando-se ata resumida do ocorrido que independerá de apreciação.

§ 2º. Instalada a sessão, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do expediente, passando-se imediatamente, após a leitura da ata da sessão anterior e do expediente, à fase destinada ao uso da tribuna.

§ 3º. Não havendo oradores inscritos antecipar-se-á o início da ordem do dia, com a respectiva chamada regimental.

§ 4º. Persistindo a falta da maioria absoluta dos Vereadores na fase da ordem do dia e observado o prazo de tolerância de quinze minutos, o Presidente declarará encerrada a sessão, lavrando-se ata do ocorrido, que independerá de aprovação.

§ 5º. As matérias constantes de ordem do dia, inclusive a ata da sessão anterior, que não forem votadas em virtude da ausência da maioria absoluta dos Vereadores, passarão para o expediente da sessão ordinária seguinte.

§ 6º. A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da sessão, a requerimento de Vereador ou por iniciativa do Presidente e, sempre, será feita nominalmente, fazendo-se constar na ata os nomes dos ausentes.

SUBSEÇÃO II
DO EXPEDIENTE

Art. 173. O expediente destina-se à votação da ata da sessão anterior, à leitura das matérias recebidas, à leitura dos pareceres, requerimentos e moções, à apresentação das proposições dos Vereadores e ao uso da Tribuna.

Parágrafo único. O expediente terá a duração máxima e improrrogável de 2 (duas) horas a partir da hora fixada para o início da sessão.

Art. 174. Votada a ata, o Presidente determinará ao Secretário à leitura da matéria do expediente, obedecida a seguinte ordem de recebimento:

I – do Prefeito;

II – dos Vereadores;

III – de diversos.

§ 1º. Na leitura das proposições, obedecer-se-á à seguinte ordem:

I – vetos;

II – projetos de lei ou de lei complementar;

III – projetos de decreto legislativo;

IV – projetos de resolução;

V – substitutivos;

VI – emendas e subemendas;

VII – pareceres;

VIII – requerimentos;

IX – moções;

X – indicações.

§ 2º. A Secretaria Administrativa deverá enviar aos Vereadores, no prazo de 5 (cinco) dias, cópias das proposições apresentadas no expediente, salvo pareceres, requerimentos, indicações e moções, cujas cópias deverão ser solicitadas pelo interessado.

§ 3º. A ordem estabelecida neste artigo é taxativa, não sendo permitida a leitura de papéis ou proposições fora do respectivo grupo ou fora da ordem cronológica de apresentação, vedando-se igualmente, qualquer pedido de preferência nesse sentido.

§ 4º. Toda matéria lida no expediente deverá ser endereçada oficialmente à Mesa e não é permitido o seu anonimato.

Art. 175. Terminada a leitura das matérias mencionadas no artigo anterior, o Presidente destinará o tempo restante da hora do expediente ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

I – uso da palavra, pelos Vereadores, segundo a ordem de inscrição em livro, versando sobre o tema livre.

§ 1º. As inscrições dos oradores, para falar no expediente, serão feitas em livro especial, sob a fiscalização do Secretário.

§ 2º. O Vereador que, inscrito para falar no expediente, não estiver presente na hora que lhe for dada a palavra perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar, na lista organizada.

§ 3º. O prazo para orador usar a tribuna será dez minutos, improrrogáveis.

§ 4º. É vedada a cessão ou reserva de tempo para o orador que ocupar a tribuna, nesta fase da sessão.

Art. 176. Findo do expediente e decorrido o intervalo de 15 (quinze) minutos, o Presidente determinará ao Secretário a efetivação da chamada regimental, para que se possa iniciar a ordem do dia.

SUBSEÇÃO III
DA ORDEM DO DIA

Art. 177. Ordem do dia é a fase da sessão onde serão discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta.

§ 1º. A ordem do dia somente será iniciada com a presença da maioria absoluta dos Vereadores.
§ 2º. Não havendo número legal a reunião será encerrada, nos termos deste Regimento Interno.
§ 3º. A ordem do dia é a última fase da sessão e não poderá se realizar antes ou durante o expediente sob pena de nulidade.

Art. 178. A pauta da ordem do dia será organizada 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão e distribuída aos vereadores.
§ 1º Excluem-se da exigência do prazo previsto neste artigo as moções, requerimentos e indicações.
§ 2º Havendo presença conforme determina o § 1º do artigo anterior, dar-se-á início à votação, na seguinte ordem:
I – requerimento de urgência;
II – requerimento de Vereadores que exijam deliberação imediata;
III – matérias da Ordem do Dia:
a) em tramitação urgente;
b) em tramitação prioritária;
c) em tramitação ordinária e especial.
IV – as matérias em votação ainda obedecerão à seguinte ordem:
a) matérias em redação final;
b) matérias em discussão e votação únicas;
c) matérias em segunda discussão e votação;
d) matérias em primeira discussão e votação.
V – Obedecido os requisitos anteriores, dar-se-á início respectivamente a votação das proposições:
a) redação final;
b) veto;
c) proposta de emenda a Lei Orgânica;
d) projeto de lei complementar;
e) projeto de lei ordinária;
f) projeto de decreto legislativo;
g) projeto de resolução;
h) pareceres das comissões;
i) recursos;
j) requerimentos de comissões;
k) requerimentos de Vereadores;
l) moções
m) indicações;
§ 3º. Obedecida a essa classificação, as matérias figurarão, ainda, segundo a ordem cronológica decrescente.
§ 4º. A disposição das matérias na ordem do dia só poderá ser interrompida ou alterada por requerimento de urgência ou de adiantamento apresentado no início ou no transcorrer da ordem do dia e aprovado pelo Plenário.
§ 5º. A Secretaria fornecerá aos Vereadores cópias das proposições e pareceres, bem como a relação da ordem do dia correspondente até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da reunião, ou somente da relação da ordem do dia, se as proposições e pareceres já tiverem sido anteriormente publicados.

Art. 179. Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na ordem do dia, com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas do início da sessão, ressalvado o disposto neste Regimento Interno.

Art. 180. Não será admitida a discussão e votação de projetos sem prévia manifestação das comissões, exceto nos caso expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 181. O Presidente anunciará o item da pauta que será discutido e votado pelo Plenário, determinando ao Secretário que proceda à sua leitura.

Art. 182. As proposições constantes da ordem do dia poderão ser objeto de:

I – preferência para votação:

II – adiamento;

III – retirada da pauta.

§ 1º. Se houver uma ou mais proposições constituindo processos distintos, anexados à proposição que se encontra em pauta, a preferência para votação de uma delas dar-se-á mediante requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, com consentimento do Plenário.

§ 2º. O requerimento de preferência será votado sem discussão, não se admitindo encaminhamento de votação nem declaração de voto.

§ 3º. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto, ainda que a ela não anexadas, serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Art. 183. O adiamento de discussão ou de votação de proposição pode, ressalvado o disposto no parágrafo 4º deste artigo, ser formulado em qualquer fase de sua apreciação em Plenário, através de requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador, que especificará a finalidade e o número de reuniões do adiamento proposto.

§ 1º. O requerimento de adiamento terá a continuidade de sua discussão ou votação prejudicada, até que o Plenário delibere.

§ 2º. Quando houver orador na Tribuna discutindo a matéria ou encaminhando sua votação, o requerimento de adiamento só por ele poderá ser proposto.

§ 3º. Apresentado requerimento de adiamento, outros poderão ser formulados, antes de se proceder à votação, observada a ordem de apresentação dos requerimentos.

§ 4º. O adiamento da votação de qualquer matéria será admitido, desde que não tenha sido votada nenhuma peça do processo.

§ 5º. A aprovação de um requerimento de adiamento prejudica os demais.

§ 6º. Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do § 3º, não se admitirão novos pedidos de adiamento com a mesma finalidade.

§ 7º. O adiamento de discussão ou de votação, por determinado número de reuniões importará no adiamento da discussão ou da votação da matéria por igual número de sessões ordinárias.

§8º. Não serão admitidos pedidos de adiamento da votação de requerimento que solicite adiamento de alguma proposição.

§ 9º. Os requerimentos de adiamento não comportarão discussão, encaminhamento de votação e declaração de voto.

Art. 184. A retirada de proposição constante da ordem do dia dar-se-á:

I – por solicitação se seu autor, quando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final tenham concluído pela inconstitucionalidade ou ilegalidade ou quando a proposição não tenha parecer favorável de outras comissões permanentes;

II – por requerimento do autor, sujeito à deliberação do Plenário, sem discussão do encaminhamento de votação e da declaração de voto, quando a proposição tenha parecer favorável, mesmo que de uma só das comissões permanentes.

Parágrafo único - Obedecido o disposto no presente artigo, as proposições de autoria da Mesa Diretora ou de comissão permanente só poderão ser retiradas mediante requerimento subscrito pela maioria de seus membros.

Art. 185. A discussão e a votação das matérias propostas serão feitas na forma fixada neste Regimento Interno.

Art. 186. Inexistindo matérias sujeitas à deliberação do Plenário, na ordem do dia, o Presidente declarará aberta a fase da explicação pessoal.

Parágrafo único - Caso inexistam solicitações de explicação pessoal ou finda o tempo destinado à reunião o Presidente dará por encerrados os trabalhos, depois de anunciar a publicação da ordem do dia da sessão seguinte.

Art. 187. Mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores ou de ofício pela Mesa, poderá ser convocada sessão extraordinária para apreciação de remanescente de pauta.

SUBSEÇÃO IV
DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art. 188. Encerrada a pauta da ordem do dia, desde que presente 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores, passar-se-á à Explicação Pessoal.

Art. 189. Explicação Pessoal é a fase destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais, assumidas durante a reunião ou no exercício do mandato.

§ 1º. A Explicação Pessoal terá a duração máxima e improrrogável de 15 (quinze) minutos.

§ 2º. O Presidente concederá a palavra aos oradores inscritos, segundo a ordem de inscrição, obedecidos os critérios estabelecidos neste Regimento.

§ 3º. A inscrição para explicação pessoal será solicitada durante a sessão e anotada cronologicamente pelo Secretário, em livro próprio.

§ 4º. O orador, no uso da palavra, não poderá se desviar da finalidade de explicação pessoal, nem ser aparteado, desde que não dirija a palavra a outro vereador.

§ 5º. O desatendimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o orador à advertência pelo Presidente, e, na reincidência, a cassação da palavra.

§ 6º. Encerrado o tempo regimental, a sessão não poderá ser prorrogada para uso da palavra em explicação pessoal.

Art. 190. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente comunicará aos Vereadores a data da próxima sessão, a respectiva pauta, caso organizada, e declarará encerrada a sessão, ainda que antes do prazo regimental de encerramento.

SEÇÃO IV
DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 191. Excepcionalmente a Câmara poderá realizar sessões secretas, mediante requerimento escrito, aprovado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar ou nos casos previstos expressamente neste Regimento.

§ 1º. Deliberada a sessão secreta sendo necessário interromper a pública, o Presidente determinará aos assistentes a retirada dos funcionários e representantes da imprensa do recinto do Plenário e de suas dependências e determinará que se interrompa a gravação dos trabalhos, quando houver.

§ 2º. Antes da iniciada a sessão secreta, todas as portas de acesso ao recinto do Plenário serão fechadas, permitindo-se, apenas, a presença dos Vereadores.

§ 3º. As sessões secretas somente serão iniciadas com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§ 4º. A Ata será lavrada pelo Secretário e, lida e aprovada na mesma sessão, será lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa, juntamente com os demais documentos referentes à Sessão.

§ 5º. As Atas lacradas só poderão ser reabertas para exame em sessão secreta.

§ 6º. Será permitido ao Vereador que houver participado do debate, reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado com a Ata e os documentos referente à sessão.

§ 7º. Antes de encerrada a sessão, a Câmara resolverá, após discussão, se a matéria debatida deverá ser publicada no todo ou em parte no órgão da imprensa oficial.

SEÇÃO V
DAS SESSÕES SOLENES

Art. 192. As sessões solenes, destinadas às solenidades cívicas e oficiais, serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara Municipal mediante requerimento aprovado por maioria simples.

§ 1º. As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal, independentemente de quórum para sua instalação e desenvolvimento.

§ 2º. Não haverá expediente, ordem do dia e explicação pessoal nas sessões solenes, sendo dispensada a verificação de presença e a leitura da Ata da sessão anterior.

§ 3º. Nas sessões solenes não haverá tempo determinado para seu encerramento.

§ 4º. Será elaborado, previamente e com ampla divulgação, o programa da sessão solene, podendo, inclusive, usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes e de associações, sempre a critério da Presidência.

§ 5º. Os fatos ocorridos na sessão solene serão registrados em atas, que independerá de deliberação.

§ 6º. Independe de convocação, a sessão solene de instalação da Legislatura e de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice- Prefeito.

CAPÍTULO III
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 193. Serão considerados como recesso legislativo os períodos compreendidos entre 16 de dezembro a 04 de fevereiro e 15 de junho a 14 de julho de cada ano.

Parágrafo único – No período de recesso legislativo a Câmara só poderá reunir-se em sessão extraordinária, convocada de acordo o art. 195 deste Regimento.

Art. 194. A convocação da Câmara Municipal para a realização de sessão legislativa extraordinária far-se-á de acordo como previsto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 195. A Câmara reunir-se-á extraordinariamente, quando convocada, com prévia declaração de motivos pelo Presidente da Câmara, pelo Prefeito ou por maioria absoluta dos membros da Casa, solicitada via requerimento.

§ 1º. A convocação da sessão extraordinária será feita através de comunicação escrita e dirigida individualmente pelo Presidente a cada vereador, contendo indicação do dia e horário em que se realizará, bem como da Ordem do Dia, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

§ 2º. As sessões extraordinárias terão a mesma duração das sessões ordinárias e poderão ser realizadas em qualquer dia e hora do período da Legislatura.

§ 3º. Nas sessões extraordinárias, a Câmara somente deliberará sobre as matérias para a qual foi convocada.

Art. 196. Na sessão extraordinária haverá expediente, destinado apenas à leitura das matérias que tenham sido objeto de convocação, não havendo explicação pessoal.

§ 1º. A ordem do dia será obrigatoriamente destinada às matérias objeto da convocação.

§ 2º. Aberta a sessão extraordinária com presença de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de quinze minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinado a lavratura da respectiva ata que independerá de aprovação.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES
CAPÍTULO I
DAS MODALIDADES E DE SEUS REQUISITOS

Art. 197. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 198. São modalidades de proposição;

I – indicações;
II – requerimentos;
III – moções;
IV – projetos de resolução;
V – projetos de decreto legislativo;
VI – projetos de lei ordinária;
VII – projetos de lei complementar;
VIII – projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal;
IX – emendas.

Art. 199. São requisitos para elaboração das proposições aqueles definidos na Lei Complementar Federal, a que se refere o parágrafo único, do art. 59 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II
DA TRAMITAÇÃO
SEÇÃO I
DA INICIATIVA

Art. 200. A iniciativa para apresentar proposições cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente ou Temporária, Mesa Diretora, Prefeito ou cidadãos.

Art. 201. A iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete:

I – aos Vereadores;
II – a Comissão da Câmara Municipal;
III – ao Prefeito;
IV – aos cidadãos, na forma e nos casos previstos neste Regimento Interno.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal os projetos de leis que disponham sobre:

I – criação, alteração, extinção e definição das atribuições de cargos, funções ou empregos públicos do Poder Executivo, das autarquias e fundações públicas municipais;

II – fixação dos vencimentos, salários ou gratificações e seus aumentos quanto aos cargos, empregos e funções previstos no inciso I deste parágrafo;

III – revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos;
IV – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
V – criação, extinção e atribuição dos órgãos do Poder Executivo, das autarquias e das fundações públicas municipais ressalvadas a edição de decreto para dispor sobre:
a) organização e funcionamento da Administração direta municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
VI – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
VII – autorização para a abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários.
§ 2°. Compete à Câmara Municipal a iniciativa privativa das leis que disponham sobre:
I – fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais;
II – fixação da remuneração dos cargos, empregos e funções de seus serviços;
Art. 202. O Prefeito poderá solicitar urgência nas matérias de sua iniciativa, na forma deste Regimento Interno.

Art. 203. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 1°. A representação de projeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, na mesma sessão legislativa, condicionar-se-á à aceitação prévia pela maioria absoluta da Câmara Municipal.
§ 2°. A aceitação prévia para nova apreciação não vinculará, de modo algum, a votação para aprovação do projeto de lei.

SEÇÃO II
DO RECEBIMENTO

Art. 204. Toda proposição recebida pela Secretaria Administrativa será numerada, datada e despachada às comissões, depois de serem lidas no expediente.
Parágrafo único - O horário de recebimento das proposições para serem lidas no expediente encerrar-se às 24 (vinte quatro) horas antes do início da sessão ordinária.

Art. 205. O Presidente restituirá ao autor as proposições:
I – manifestamente ilegais e inconstitucionais;
II – que não atenderem aos requisitos exigidos das proposições constantes de lei complementar federal;
§ 1°. As razões da devolução ao autor de qualquer proposição nos termos deste artigo deverão ser devidamente fundamentas pelo Presidente, por escrito.
§ 2°. O autor da proposição, devolvida pelo Presidente, poderá recorrer desse ato ao Plenário, no prazo de 3 (três) dias úteis, após a publicação no expediente, ouvida a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.
§ 3º. Provido o recurso previsto no parágrafo anterior a proposição voltará à Mesa para seguir o trâmite normal.

Art. 206. Proposições subscritas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final não poderão deixar de ser recebidas sob alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Art. 207. Consideram-se autores da proposição, para efeitos regimentais, todos os seus signatários.

Parágrafo único - As atribuições e prerrogativas regimentais do autor serão exercidas em Plenário por um só dos signatários da proposição, e a precedência será regulada segundo a ordem das assinaturas.

Art. 208. A proposição de autoria de Vereador licenciado, renunciante ou com mandato cassado, entregue à Mesa antes de efetivada a licença, a renúncia ou perda do mandato, mesmo que ainda não lida ou apreciada, terá tramitação regimental.

Parágrafo único. O suplente não poderá subscrever a proposição que se encontre nas condições previstas neste artigo, quando de autoria de Vereador que esteja substituindo.

Art. 209. As proposições, depois de recebidas, serão numeradas por legislatura em série específica.

Art. 210. Os projetos de lei ordinária tramitarão com denominação de projeto de lei.

Art. 211. As emendas serão numeradas devendo indicar o número do projeto as quais estão vinculadas.

Parágrafo único. Cada proposta de emenda receberá numeração própria e sequencial.

Art. 212. As emendas propostas pelas comissões seguirão com as siglas das comissões.

Art. 213. Antes da distribuição, o Presidente mandará a Secretaria Administrativa verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa.

§ 1°. Caso haja proposições análogas ou conexas, o Presidente fará a distribuição por pendência, determinando que sejam apensadas e renumeradas.

§ 2°. As proposições de que tratam o §1° deste artigo serão distribuídas primeiramente:

I – a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para apreciar a observância das normas legais, constitucionais, regimentais e de técnica legislativa;

II – a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas quando envolverem aspectos financeiros ou orçamentários, para apreciar a compatibilidade ou adequação orçamentária;

III – as demais comissões, quando o mérito da proposição estiver relacionado a outras matérias.

SEÇÃO III
DA APRESENTAÇÃO

Art. 214. A apresentação de proposição será feita:

I – perante a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, no caso de proposição sobre fiscalização e controle, quando se tratar de emenda ou subemenda limitada à matéria de sua competência;

II – em Plenário, na reunião prevista por este Regimento Interno;

III – no momento em que for anunciada, para os requerimentos que digam respeito a:

a) retirada de proposição constante de ordem do dia com pareceres favoráveis, ainda que pendente de pronunciamento de outra comissão permanente;

b) discussão de uma proposição por partes;

c) dispensa, adiamento ou encerramento de discussão;

d) adiamento de votação;

e) votação por determinado processo;

f) votação em bloco ou partes;

g) destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado, constituição de proposição autônoma;

h) dispensa de publicação da redação final do projeto do Poder Executivo ou de cidadãos.

Art. 215. O Vereador poderá apresentar proposição individual ou conjuntamente.

SEÇÃO IV
DA APRECIAÇÃO

Art. 216. Cada proposição terá curso próprio, salvo emenda.

Art. 217. Apresentada e lida, a proposição será objeto de decisão do Presidente da Câmara ou do Plenário, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Art. 218. O parecer contrário à emenda não obsta que a proposição principal siga sua tramitação regimental.

Art. 219. Findo os trabalhos das comissões e entregue a proposição, deverá ser remetida ao Presidente para ser incluída na ordem do dia e, por conseguinte, lida na fase do expediente da reunião ordinária da sessão legislativa ordinária.

SEÇÃO V
DO REGIME DE URGÊNCIA
SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 220. A tramitação das proposições pode ocorrer em regime de urgência, quando tratar de:

I – projeto de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência;

II – matéria que envolva solução para atender calamidade pública;

III – regulamentação de dispositivo da Lei Orgânica Municipal;

IV – proposição que seja reconhecida, pelo Plenário, como urgente;

V – autorização para o Prefeito e o Vice-Prefeito se ausentarem do Município.

§ 1º. Se o plenário da Câmara não deliberar o projeto que se refere o inciso I deste artigo no prazo máximo de 45 dias, será incluído na ordem do dia, sobrestando a deliberação quanto aos demais assuntos, até que ultime sua votação.

§ 2º. O prazo previsto no parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos de codificação.

SUBSEÇÃO II
DA TRAMITAÇÃO

Art. 221. Tramitação em regime de urgência é a que dispensa as exigências regimentais, interstício ou formalidades para aprovação de proposição.

Parágrafo único - Não se dispensará:

I – leitura no expediente;

II – pareceres das comissões ou de relator designado;

III – quórum para deliberação.

Art. 222. O requerimento que solicitar a tramitação da proposição em regime de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado:

I – pela Mesa Diretora, nas matérias que lhe são reservadas;

II – por um terço dos Vereadores ou pelos Líderes partidários;

III – por comissão que possua competência para opinar sobre o mérito;

IV – pelo Prefeito.

§ 1°. O requerimento não será discutido, mas a sua votação pode ser encaminhada pelo autor, líder na Câmara, relator de comissão ou Vereador, que seja contrário à solicitação, assegurado a cada um 5 (cinco) minutos para pronunciamentos.

§ 2°. Será obstada a votação de requerimento, quando estiverem tramitando em regime de urgência duas proposições, em razão de requerimento aprovado pelo Plenário.

SEÇÃO VI
DOS TURNOS

Art. 223. As proposições em tramitação são subordinadas, na sua apreciação, a turno único, excetuados os projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal e demais casos previstos neste Regimento Interno.

Art. 224. Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo no caso de:

I – requerimento;

II – encerrada a discussão da redação final, sem emendas ou retificações, momento em que será considerada definitivamente aprovada, sem votação.

Art. 225. Excetuada a proposição em tramitação sob regime de urgência é de cinco dias o interstício entre o primeiro e segundo turno.

Art. 226. A dispensa de interstício, para inclusão na ordem do dia, de preposição em tramitação sob regime de urgência, poderá ser concedida pelo Plenário a requerimento de um terço dos Vereadores ou mediante acordo entre Líderes da Câmara.

Art. 227. O interstício para o projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal será de 10 (dez) dias, sem admissão de pedido de dispensa.

SEÇÃO VII
DA REDAÇÃO FINAL

Art. 228. A redação final, observadas as exceções regimentais, será feita pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e apresentará o texto definitivo da proposição, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

§ 1°. Quando, na elaboração da redação final for constatada incorreção ou impropriedade de linguagem ou outro erro acaso existente na matéria aprovada, poderá a Comissão corrigi-lo, desde que a correção não implique deturpação da vontade legislativa, devendo, nesta hipótese, mencionar expressadamente em seu parecer à alteração feita com ampla justificativa.

§ 2°. Se, todavia, existir qualquer dúvida quanto à vontade legislativa, em decorrência de incoerência notória, contradição evidente ou manifesto absurdo, existente na matéria aprovada, deverá a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final eximir-se de oferecer redação final, propondo em seu parecer a reabertura da discussão, quanto ao aspecto da incoerência, da contradição ou absurdo, e concluído pela apresentação das necessárias emendas corretivas, se for o caso.

Art. 229. A redação final permanecerá junto à Presidência durante a sessão ordinária subsequente à publicação, para recebimento de emendas de redação.

§ 1º. Não havendo emendas, considerar-se-á aprovada a redação final proposta, sendo a matéria remetida à promulgação e sanção ou veto.

§ 2º. Apresentada emendas a redação, voltará o projeto à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para parecer.

Art. 230. O parecer previsto no §2º do artigo anterior, bem como o parecer propondo reabertura da discussão, será incluído na ordem do dia, após a publicação, para discussão e votação.

§ 1º. Se o parecer for incluído em pauta de sessão extraordinária da sessão legislativa ordinária ou, em regime de urgência, em pauta de sessão ordinária poderá ser dispensada a publicação, a requerimento de qualquer Vereador ou por proposta do Presidente, com assentimento do Plenário.

§ 2º. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será obrigatória a leitura do parecer antes de iniciar-se a discussão.

Art. 231. Cada Vereador disporá de 10 (dez) minutos para discutir a redação final ou parecer de reabertura da discussão, admitidos apartes.

Art. 232. Se o parecer que concluir pela reabertura da discussão for rejeitado, a matéria voltará à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para redação final na forma do já deliberado pelo Plenário.

§ 1º. Aprovado o parecer que propõe a reabertura da discussão, esta versará exclusivamente sobre o aspecto do engano ou erro, considerando-se todos os dispositivos não impugnados como aprovados em discussão.

§ 2º. Cada Vereador disporá de 10 (dez) minutos para discutir o aspecto da matéria cuja discussão foi reaberta.

Art. 233. Faculta-se a apresentação de emendas desde que estritamente relativas ao aspecto da matéria cuja discussão foi reaberta, subscritas por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 1º. Encerrada a discussão, passar-se-á à votação das emendas.

§ 2º. A matéria, com emenda ou emendas aprovadas, retomará a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para elaboração da redação final.

Art. 234. Aprovada a redação final da proposição, será esta enviada à promulgação e sanção ou veto pelo Prefeito.

Parágrafo único - Os autógrafos reproduzirão a redação final aprovada pelo Plenário.

CAPÍTULO III
DAS INDICAÇÕES

Art. 235. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere ao Poder Executivo, órgãos ou autoridades do Município medidas de interesse público.

Art. 236. Apresentada a indicação até 04 horas antes da sessão, e após sua leitura o Presidente incluirá na ordem do dia ou despachará independentemente de deliberação do Plenário.

Parágrafo único - Não haverá limite para apresentação de indicações pelos Vereadores.

CAPÍTULO IV
DOS REQUERIMENTOS
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 237. Requerimento é a proposição dirigida por qualquer Vereador ou Comissão ao Presidente ou à Mesa Diretora, sobre matéria da competência da Câmara Municipal.

Art. 238. Os requerimentos assim se classificam:

I – quanto à maneira de formulá-los:

a) verbais;
b) escritos;
II – quanto à competência para decidi-los:
a) sujeitos a despacho pelo Presidente;
b) sujeitos a deliberação do Plenário.
III – quanto à fase de formulação:
a) específicos das fases de expediente;
b) específicos da ordem do dia;
c) comuns a qualquer fase da reunião.

Parágrafo único - Os requerimentos independem de parecer, exceto os que solicitem transcrição de documentos nos informativos ou *site* da Câmara Municipal.

Art. 239. Não se admitirão emendas a requerimentos.

SEÇÃO II
DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO
PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 240. Será despachado pelo Presidente o requerimento que solicitar:
I – retirada, pelo autor, de requerimento verbal ou escrito;
II – uso ou desistência da palavra;
III – permissão para o Vereador falar sentado;
IV – leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;
V – reclamação por inobservância das normas deste Regimento Interno;
VI – discussão de proposição por partes;
VII – informações sobre ordem dos trabalhos, agenda e ordem do dia;
VIII – prorrogação de prazo para o orador da Tribuna;
IX – preenchimento de vaga em comissão;
X – votação de emendas em bloco ou em grupos definidos;
XI – destaque para votação em separado de emendas ou partes de emendas e de partes de vetos;
XII – reabertura de discussão de proposição encerrada em período legislativo anterior;
XIII – esclarecimento sobre ato da administração interna da Câmara Municipal;
XIV – retificação de Ata;
XV – verificação de presença;
XVI – verificação nominal de votação;
XVII – requisição de documento ou publicação existente na Câmara Municipal, para subsídio de proposição em discussão;
XVIII – retirada, pelo autor, de proposição:
a) com parecer de admissibilidade;
b) sem parecer ou com parecer pela inconstitucionalidade, anti-regimentalidade ou ilegalidade;
XIX – juntada ou desentranhamento de documentos;
XX – inclusão, na ordem do dia, de proposição com parecer em condições de nela figurar;
XXI – inscrição em ata de voto de pesar;
XXII – justificação de falta do Vereador às sessões ou reuniões de Comissões.

Parágrafo único - Serão necessariamente escritos os requerimentos a que aludem os incisos XVIII e XXI deste artigo.

Art. 241. Indeferido o requerimento e a pedido do Vereador, caberá recurso ao Plenário, sem discussão nem encaminhamento de votação, que deliberará pelo processo simbólico.

SEÇÃO III
DOS REQUERIMENTOS SUJEITO À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 242. São escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos especificados neste Regimento Interno e os que solicitem:

I – inclusão de projeto na pauta, em regime de urgência;

II – convocação de reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária;

III – informações oficiais, quando são requerida audiência do Plenário;

IV – informações aos Secretários do Município;

V – inserção, nos informativos ou *site* da Câmara, de informações e documentos, quando mencionados e não lidos integralmente pelo Secretário perante o Plenário ou Comissão;

VI – adiamento de discussão ou votação de proposições;

VII – representação da Câmara Municipal por Comissão de representação;

VIII – dispensa de publicação para redação final e redação do vencido;

IX – encerramento de discussão de proposição;

X – prorrogação da reunião;

XI – audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para os projetos aprovados sem emendas;

§ 1º. Os requerimentos mencionados neste artigo não admitem discussão e serão deliberados por processo simbólico.

§ 2º. O encaminhamento de votação do requerimento será realizada pelo seu autor ou Líderes na Câmara, assegurado 5 (cinco) minutos a cada um para pronunciamento.

§ 3º. Os requerimentos rejeitados pelo Plenário não poderão ser reapresentados na mesma sessão legislativa.

CAPÍTULO V
DAS MOÇÕES

Art. 243. Moção é a proposição escrita na qual o Vereador expressa seu regozijo, congratulação, repúdio, louvor ou pesar.

Parágrafo único - Apresentada à Mesa até 02 horas antes da sessão e após sua aprovação em plenário, será imediatamente despachada pelo Presidente e enviada à publicação em jornal oficial local.

Art. 244. As moções de regozijo, congratulação ou louvor deverão limitar-se aos acontecimentos de alto significado nacional, estadual ou municipal.

Art. 245. Só se admitirão moções de pesar, nos seguintes casos:

I – falecimento de quem tenha exercido cargo relevante na Administração municipal, estadual ou nacional e pessoas de relevância no Município;

II – manifestação em prol de luto estadual ou nacional, oficialmente declarado.

Parágrafo único - As moções de pesar deverão ser apresentadas na ordem do dia, sem encaminhamento de votação.

Art. 246. Quando seus autores pretendem traduzir manifestações coletivas da Câmara Municipal, a moção deverá ser assinada, no mínimo, pela maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo único - A moção assinada na forma do caput estará automaticamente aprovada.

CAPÍTULO VI
DOS PROJETOS
SEÇÃO I
DAS ESPÉCIES E SUAS FORMAS

Art. 247. A Câmara Municipal exerce sua função legislativa por meio de:

I – projeto de resolução;
II – projetos de decreto legislativo;
III – projetos de lei ordinária;
IV – projetos de lei complementar;
V – projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 248. O projeto poderá ser apresentado em três vias, observadas as seguintes destinações:
I – uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, destinada ao arquivo da Câmara;
II – uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, que será remetida à Comissão competente para apreciá-lo;
III – uma via como contrafé.
Parágrafo único. Os projetos que não atenderem ao que determina este artigo só serão encaminhados às Comissões, depois das devidas correções pelo autor.

SEÇÃO II
DA DESTINAÇÃO
SUBSEÇÃO I
DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art. 249. Os projetos de resolução destinam-se a regular matéria da administração interna da Câmara Municipal e de seu processo legislativo, nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO II
DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 250. Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal que tenham efeito externo, nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO III
DOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

Art. 251. Os projetos de lei destinam-se a regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal, sujeita à sanção do Prefeito.

Art. 252. A iniciativa de projeto de lei ordinária dar-se-á nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO IV
DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 253. Será objeto de lei complementar:
I – definição das atribuições do Vice- Prefeito;
II – normas gerais em matéria tributária de âmbito local, observado o disposto na Constituição Federal;
III – imposto sobre serviço de qualquer natureza, segundo os critérios determinados pela Constituição Federal e pela lei complementar federal;
IV – finanças públicas, nos casos previstos pela Constituição Federal;
V – as previstas na Lei Orgânica Municipal.
Parágrafo único. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 254. A iniciativa para apresentação dos projetos de lei complementar é a disposta neste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO V
DOS PROJETOS DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 255. O projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal observará, quanto aos legitimados e à tramitação, as normas previstas na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. Para a aprovação do projeto de emenda a Lei Orgânica Municipal é necessária em ambos os turnos, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal e votada com o interstício mínimo de 10 dias.

CAPÍTULO VII
DAS EMENDAS

Art. 256. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

Art. 257. As emendas são supressivas, aditivas, modificativas, substitutivas e aglutinativas.

§ 1º. Emenda supressiva é a que manda erradicar parte da proposição principal, suprimir um artigo inteiro ou seus desdobramentos.

§ 2º. Emenda aditiva é a que inclui novo dispositivo ao texto da proposição principal.

§ 3º. Emenda modificativa é a que altera o texto da proposição original, sem comprometê-lo de forma substancial.

§ 4º. Emenda substitutiva é a que visa alterar parte da proposição principal, ao inserir nova forma de normatizar a matéria disposta no texto.

§ 5º. Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas ou destas com o texto.

Art. 258. A emenda de redação visa sanar vício de linguagem, incorreção gramatical, erro de concordância e falhas de técnica legislativa.

Art. 259. Subemenda é a proposição acessória a uma emenda.

§ 1º. As espécies de subemendas são as mesmas da emenda.

§ 2º. Não se admitirá subemenda supressiva à emenda supressiva.

§ 3º. A subemenda segue a tramitação da emenda e está a ela atrelada.

Art. 260. Substitutivo é a proposição que visa substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

Art. 261. Não serão aceitos, por impertinentes, substitutivos ou emendas que não tenham relação direta ou imediata com matéria contida na proposição a que se refiram.

Parágrafo único - O recebimento impertinente de substitutivo ou emendas não implica necessariamente na obrigatoriedade de sua votação, podendo o Presidente considerá-lo prejudicado antes de submetê-lo à votação.

Art. 262. As emendas e substitutivos são apresentados por Vereador, Comissão Permanente ou Mesa Diretora.

Parágrafo único - A Comissão Permanente somente poderá apresentar substitutivo à proposição principal que tiver relação com sua competência específica.

Art. 263. As emendas serão apresentadas durante:

I – discussão em apreciação preliminar, turno único ou primeiro turno por qualquer Vereador ou Comissão;

II – discussão em segundo turno por:

a) Comissão Permanente, se aprovado pela maioria de seus membros;

b) por requerimento de um terço dos Vereadores ou Líderes na Câmara.

III – redação final, até o início da votação da proposição, observando o quórum previsto nas alíneas do inciso anterior.

§ 1º. Aos Vereadores é assegurado apresentar emendas, diretamente, à Comissão Permanente, a partir do recebimento da proposição principal até a discussão em Plenário.

§ 2º. Só será aceita emenda na redação final para evitar erro de concordância, vício de linguagem, falha de técnica legislativa, observadas as formalidades regimentais.

§ 3º. As proposições discutidas e aprovadas no primeiro turno poderão ser emendadas em segunda discussão por iniciativa:

I – dos Líderes na Câmara;

II – pelas Comissões Permanentes, desde que apresentadas ou requeridas pela maioria dos seus integrantes;

III – por um terço dos Vereadores;

IV – pela Mesa Diretora.

Art. 264. As emendas seguirão a tramitação das proposições das quais acompanham.

CAPÍTULO VIII
DOS RECURSOS ÀS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 265. Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer Vereador cabe recurso ao Plenário, nos termos deste Capítulo.

Parágrafo único. Até a deliberação do Plenário sobre o recurso, prevalece a decisão do Presidente.

Art. 266. O recurso formulado por escrito poderá ser proposto dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis contados da decisão do Presidente.

§ 1º. Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, dar-lhe provimento ou, caso contrário, informá-lo e, em seguida, encaminhá-lo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

§ 2º. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§ 3º. Emitido o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, independentemente de sua publicação, será obrigatoriamente o recurso incluído na pauta da ordem do dia da sessão ordinária seguinte para deliberação do Plenário.

§ 4º. Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

§ 5º. Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida.

CAPÍTULO IX
DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 267. O projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal será enviado, pelo seu Presidente, ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º. Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze dias) úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2º. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias a que se refere o parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção tácita.

§ 3º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º. O veto será apreciado pela Câmara Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado, em escrutínio secreto, pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º. Esgotado sem deliberação o prazo a que se refere o parágrafo anterior, o veto será colocado na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvada a hipótese prevista no art. 223 deste Regimento Interno.

§ 6º. Se o veto não for mantido, será o projeto de lei enviado ao Prefeito para promulgação.

Art. 268. O veto será despachado:

I – a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, se as razões versarem aspectos de constitucionalidade, legalidade e interesse público do projeto;

II – a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas se as razões versarem aspecto financeiro do projeto;

§ 1º. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para emitir parecer sobre o veto.

§ 2º. Se as razões de veto tiverem implicação concomitante com aspectos de constitucionalidade ou legalidade, interesse público ou de ordem financeira, as comissões competentes terão o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para emitir parecer conjunto.

§ 3º. Esgotado o prazo das Comissões, o veto será incluído, com ou sem parecer na ordem do dia da primeira sessão ordinária que se realizar.

Art. 269. Se, nos casos dos §2º e 6º do art. 267, a lei não for, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, promulgada pelo Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal o fará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Parágrafo único. Caso o Vice-Presidente não faça a promulgação da lei poderá ser destituído do cargo, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 270. Os projetos de decretos legislativos e de resolução depois de aprovados serão promulgados e publicados pelo Presidente da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento Interno.

TÍTULO IV
DAS DELIBERAÇÕES
CAPÍTULO I
DAS DISCUSSÕES
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 271. Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

§ 1º. A discussão se fará sobre o conjunto da proposição, emendas, substitutivos e pareceres.

§ 2º. O Presidente, por deliberação do Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções e subseções.

Art. 272. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cabendo aos Vereadores atender as determinações contidas neste Regimento Interno.

Art. 273. Para discutir qualquer matéria constante da ordem do dia, o Vereador deverá inscrever-se previamente, de próprio punho, na respectiva lista de inscrição.

§ 1º. As inscrições deverão ser feitas em Plenário, perante o Secretário, a partir do início da sessão.

§ 2º. Não se admite troca de inscrição, facultando-se, porém, entre os Vereadores inscritos para discutir a mesma proposição, a cessão total de tempo, na conformidade do disposto nos parágrafos seguintes.

§ 3º. A cessão de tempo far-se-á mediante comunicação obrigatoriamente verbal, pelo Vereador cedente, no momento em que seja chamado para discutir a matéria.

§ 4º. É vedada, na mesma fase de discussão, nova inscrição a Vereador que tenha cedido a outro o seu tempo.

Art. 274. Entre os Vereadores inscritos para discussão de qualquer matéria, a palavra será dada na seguinte ordem de preferência:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores dos pareceres, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas comissões;

III – ao autor do voto em separado;

IV – ao autor da emenda;

V – a 3 (três) Vereadores contrários à matéria em discussão;

VI – a 3 (três) Vereadores favoráveis à matéria em discussão.

Art. 275. Os relatores dos pareceres e o autor da proposição, além do tempo regimental que lhe são assegurados, poderão voltar à tribuna durante 10 (dez) minutos para explicações, desde que um terço dos membros da Câmara Municipal assim o requeira, por escrito.

§ 1º. Em projeto de autoria da Mesa Diretora ou de comissão, serão considerados autores, para efeito deste artigo, os respectivos Presidentes.

§ 2º. Em projeto de autoria do Poder Executivo, será considerado autor, o Vereador que, nos termos legais e regimentais, gozar de prerrogativas de Líder do Governo.

Art. 276. O Vereador que estiver ausente ao ser chamado para falar poderá reinscrever-se.

Art. 277. O Presidente dos trabalhos não interromperá o orador que estiver discutindo qualquer matéria, salvo para:

I – dar conhecimento ao Plenário de requerimento de prorrogação da sessão e para submetê-lo à votação;

II – fazer comunicação importante, urgente e inadiável à Câmara Municipal;

III – recepcionar autoridade ou personalidade;

IV – suspender ou encerrar a reunião em caso de tumulto grave no Plenário ou em outras dependências da Câmara Municipal;

V – leitura de requerimento que solicitar a tramitação em regime de urgência de proposição, observadas as normas regimentais.

§ 1º. O orador interrompido para votação de requerimento de prorrogação da reunião, mesmo que ausente à votação do requerimento, não perderá sua vez de falar, desde que presente quando chamado a continuar a discussão no curso da sessão ou ao se iniciar o período de prorrogação da sessão.

§ 2º. O tempo que durar a votação do requerimento de prorrogação será acrescido ao tempo do orador que se encontrar na Tribuna.

§ 3º. Se ausente, quando chamado, o Vereador perderá o direito à parcela de tempo de que dispunha para discutir, não podendo se reinscrever.

Art. 278. A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior terá sua tramitação reaberta para receber novas emendas.

Art. 279. A proposição que receber todos os pareceres favoráveis poderá ter sua discussão dispensada pelo Plenário, mediante requerimento de qualquer Vereador, sem prejuízo da apresentação de emendas.

Parágrafo único. A dispensa de discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a proposição.

SEÇÃO II
DOS APARTES

Art. 280. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação, não podendo ter duração superior a 3 (três) minutos.

§ 1º. Somente serão consentidos 2 (dois) apartes por orador.

§ 2º. O Vereador que tiver obtido consentimento de realizar o aparte deverá fazê-lo em pé.

Art. 281. Não serão permitidos apartes:

I – a palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II – paralelos ou cruzados;

III – quando o orador esteja encaminhado à votação, declarando voto, falando sobre a Ata, ou pela ordem;

IV – a parecer verbal.

§ 1º. Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhe for aplicável.

§ 2º. Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

SEÇÃO III
DO ENCERRAMENTO

Art. 282. O encerramento da discussão dar-se-á:

I – por inexistência de orador inscrito;

II – a requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos Vereadores, mediante deliberação do Plenário.

III – por decurso do prazo regimental.

§ 1º. Só poderá ser proposto o encerramento da discussão, nos termos do inciso II deste artigo, quando sobre a matéria já tenham falado, pelo menos, 3 (três) Vereadores.

§ 2º. O requerimento de encerramento da discussão comporta apenas encaminhamento da votação.

§ 3º. Se o requerimento de encerramento da discussão for rejeitado, só poderá ser reformulado depois de terem falado, no mínimo, mais 3 (três) Vereadores.

Art. 283. A discussão de qualquer matéria não será encerrada quando houver requerimento de adiamento pendente por falta de quórum.

CAPÍTULO II
DA VOTAÇÃO
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 284. Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º. Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§ 2º. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à reunião, esta será dada por prorrogada até que se conclua, por inteiro, a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a reunião será encerrada imediatamente.

Art. 285. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

I - Regimento Interno da Câmara;

II - código tributário do Município;

III - código de obras;

IV - código de posturas;

V - código sanitário;

VI - plano diretor de desenvolvimento integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do solo urbano;

VII - lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;

VIII - lei instituidora da guarda municipal;

IX - criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;

X - fixação dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

XI - o recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade.

XII - concessão de serviços públicos;

XIII - denominação de prédios, vias e logradouros públicos;

XIV – rejeição do veto;

XV – aprovação e alteração do Plano Diretor Urbano, inclusive as normas relativas ao zoneamento e controle dos loteamentos;

Parágrafo Único - Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 286. Dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

I - alienação de bens imóveis do Município;

II - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos;

III - alteração na determinação e denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

IV - concessão de títulos honoríficos e outras honrarias;

V - concessão de anistia, isenção, remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;

VI - transferência da sede do Município;

VII - rejeição do parecer prévio do TCM, sobre as contas do Município;

VIII- alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;

IX - criação, organização e supressão de distritos;

X - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município;

XI – Emendas à Lei Orgânica;

XII – outorga de concessão e permissão de serviços públicos;

XIII - perda de mandato de Vereador.

Art. 287. O Vereador presente à reunião não deverá escusar-se de votar.

§ 1º. Não poderá votar o Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se a votação se o seu voto for decisivo.

§ 2º. O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos deste artigo, fará a devida comunicação à Mesa Diretora, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quórum.

Art. 288. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem elas em discussão ou votação.

Art. 289. O Presidente da Câmara, ou seu substituto, só terá voto nos seguintes casos:
a) na eleição da Mesa Diretora;
b) quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
c) quando ocorrer empate em qualquer votação no Plenário;
d) em qualquer votação secreta.

§ 1º. Persistindo o empate, realizar-se-ão tantas votações quanto forem necessárias para desempatar a matéria.

§2º. O Presidente terá direito a novo voto, caso não ocorra o desempate a que se refere o parágrafo anterior.

§3º. A presença do Presidente é computada para efeito de quórum no processo de votação.

§4º. As normas constantes deste artigo serão aplicadas ao Vereador que substituir o Presidente na direção dos trabalhos.

Art. 290. O voto do Vereador, mesmo que contrário ao de sua liderança será acolhido para todos os efeitos.

Art. 291. Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, brancos e nulos.

Art. 292. A proposição poderá ser votada em bloco, ressalvada a matéria destacada ou por deliberação do Plenário em sentido contrário.

Parágrafo único - A votação de proposição, mediante deliberação do Plenário, poderá ser feita em título, capítulo, seção ou subseção.

Art. 293. As emendas destacadas ou aquelas que tinham pareceres contrários à sua tramitação serão votadas, uma a uma, conforme a respectiva ordem e espécie.

Parágrafo único - O Plenário poderá definir requerimento de qualquer Vereador que solicite a votação da emenda de forma destacada.

SEÇÃO II
DO ENCAMINHAMENTO

Art. 294. A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada, poderá ser requerido, verbalmente, encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos regimentais.

Art. 295. Ainda que haja no projeto, substitutivos e emendas haverá apenas um encaminhamento de votação sobre todas as peças do projeto.

Parágrafo único. - Quando não for consumada a votação por falta de quórum, haverá novo encaminhamento de votação quando a proposição voltar à ordem do dia.

Art. 296. O Presidente, sempre que julgar necessário ou quando lhe for requerido, poderá convidar o relator ou outro membro da Comissão Permanente para esclarecer as razões do conteúdo do parecer no encaminhamento da votação.

SEÇÃO III
DO ADIAMENTO

Art. 297. Antes de iniciar-se a votação de qualquer proposição o Vereador poderá requerer, verbalmente, o seu adiamento, especificando a finalidade e o número de sessões ordinárias alcançadas pelo adiamento, que não poderá ultrapassar ao total de 2 (duas) sessões ordinárias.

§ 1º. Só por maioria de votos se concederá o adiamento da votação.

§ 2º. A proposição com tramitação em regime de urgência não admite adiamento de votação, salvo se o adiamento for requerido em conjunto, por prazo não excedente a 24 (vinte e quatro) horas, por líderes que representem a maioria dos membros da Câmara.

SEÇÃO IV
DOS PROCESSOS

Art. 298. São três os processos de votação:
I – simbólico;
II – nominal:
III – secreto.

Art. 299. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os Vereadores que tiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem, procedendo, em seguida, à necessária contagem e à proclamação do resultado.
Parágrafo único. O Vereador que quiser se abster, deverá manifestar-se pela ordem.

Art. 300. O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.
§1º. Proceder-se-á, obrigatoriamente, à votação nominal nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.
§2º. O processo de votação nominal poderá ser realizado por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Vereador.

Art. 301. Nos casos previstos neste Regimento Interno, ao submeter qualquer matéria à votação nominal, o Presidente convidará os Vereadores a responderem sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários, à medida que forem sendo chamados.
§ 1º. O Secretário, ao proceder à chamada, anotará as respostas na respectiva lista, repetindo, em voz alta, o nome e o voto de cada Vereador.
§ 2º. Terminada a chamada a que se refere o parágrafo anterior e caso não tenha sido alcançado quórum para deliberação, o Secretário procederá em ato contínuo, a segunda e última chamada dos Vereadores que ainda não tenham votado.
§ 3º. Enquanto não for proclamado o resultado da votação é facultado ao Vereador retardatário manifestar seu voto.
§ 4º. O Vereador poderá retificar seu voto antes de proclamado o resultado, na forma regimental.
§ 5º. Concluída a votação, o Presidente proclamará o resultado, anunciando o número de Vereadores que votaram sim e o número dos que votaram não.

Art. 302. As dúvidas quanto ao resultado proclamado só poderão ser suscitadas e deverão ser esclarecidas antes de anunciada a discussão ou votação de nova matéria, ou se for o caso, antes de se passar à nova fase da reunião ordinária ou de encerrar-se a ordem do dia.

Art. 303. O processo de votação secreta dar-se-á nos casos de:
I – apreciação de veto;
II – votação do parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as Contas do Prefeito;
III – perda do mandato de Vereador e de Prefeito;
IV – por decisão do Plenário, a requerimento de um terço dos Vereadores ou Líderes antes de anunciada a Ordem do Dia.

Art. 304. Para a votação secreta com uso de cédula, far-se-á a chamada dos Vereadores por ordem alfabética, sendo admitidos a votar os que comparecem antes de encerrada a votação.

§ 1º. Chamado o Vereador para votar, colocará seu voto no envelope rubricado pelo Presidente e membros da Mesa Diretora, depositando-o, em seguida, na urna indevassável.

§ 2º. Concluída a votação, far-se-á a apuração dos votos, obedecendo-se o seguinte procedimento:

I – os envelopes retirados da urna serão contados pelo Presidente, que, verificando serem em igual número ao de Vereadores votantes, abrirá cada um deles, anunciando imediatamente o respectivo voto;

II – o Secretário fará as devidas anotações, competindo-lhe, ao registrar o voto, apregoar o novo resultado parcial;

III – concluída a contagem dos votos, o Presidente lerá o Boletim de Apuração dos votos, proclamando o resultado.

§ 3º. Nas votações secretas com uso de cédula não será admitida, em hipótese alguma, a retificação de voto, considerando-se nulo o voto que não atender a qualquer das exigências regimentais.

SEÇÃO V
DA VERIFICAÇÃO NOMINAL

Art. 305. Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal de votação.

§ 1º. O requerimento de verificação nominal de votação será de imediato e necessariamente atendido pelo Presidente.

§ 2º. Ficará prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação, caso não se encontre presente no momento em que for chamado pela primeira vez o Vereador que a requereu.

§ 3º. Prejudicando o requerimento de verificação nominal de votação pela ausência de seu autor, ou por pedido de retirada, faculta-se a qualquer outro Vereador reformulá-lo.

§ 4º. Finda a verificação de votação nominal, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, mediante requerimento de um terço dos Vereadores ou Líderes na Câmara, e depois de transcorrido 1 (uma) hora de proclamação do primeiro resultado.

§ 5º. Não havendo quórum para votação do requerimento de verificação, o Presidente da Câmara poderá desde logo determinar a votação nominal.

SEÇÃO VI
DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art. 306. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levam a manifestar-se contrária ou favoravelmente à matéria votada.

Art. 307. A declaração de voto a qualquer matéria far-se-á de uma só vez, depois de concluída, por inteiro, a votação de todas as peças do projeto.

§ 1º. Quando não houver quórum para a votação ser consumada, não haverá declaração de voto.

§ 2º. Não haverá declaração de voto quando houver prorrogação de reunião para se concluir uma votação.

§ 3º. Em declaração de voto, cada Vereador dispõe de 3 (três) minutos, sendo vedados apartes.

CAPÍTULO III
DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Art. 308. Durante as reuniões o Vereador somente poderá usar da palavra para:
I – versar assunto de sua livre escolha no período destinado ao Expediente e à Explicação Pessoal;
II – discutir matéria e debatê-la;
III – apartear;
IV – declarar voto;
V – apresentar ou reiterar requerimento;
VI – levantar questões de ordem.

Art. 309. O uso da palavra será regulado pelas normas abaixo:
I – qualquer Vereador, com exceção do Presidente no exercício da Presidência, falará de pé e somente quando enfermo poderá obter permissão para falar sentado;
II – o orador deverá falar da Tribuna, exceto nos casos em que o Presidente permita o contrário;
III – a nenhum Vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda;
IV – com exceção do aparte, nenhum Vereador poderá interromper o orador que estiver na Tribuna, assim considerado o Vereador ao qual o Presidente já tenha concedido a palavra;
V – o Vereador que pretender falar sem que lhe tenha sido concedida a palavra ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe tenha sido concedido, será advertido pelo Presidente que o convidará a sentar-se;
VI – se, apesar da advertência e do convite, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por terminado;
VII – persistindo a insistência do Vereador em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da reunião, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto;
VIII – qualquer Vereador, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos demais Vereadores e só poderá falar voltado para Mesa, salvo quando responder a aparte;
IX – referindo-se em discurso a outro Vereador, o orador deverá preceder seu nome do tratamento "Senhor" ou "Vereador";
X – dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador dar-lhe-á o tratamento "Excelência", "Nobre Colega" ou "Nobre Vereador";
XI – nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares e, de modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa.

Art. 310. O tempo de que dispõe o Vereador para fazer uso da palavra será de:
I – 10 (dez) minutos para:
a) Discutir:
1. requerimentos;
2. indicações, quando sujeitas à deliberação;
3. moções;
4. pareceres, ressalvado o prazo assegurado ao denunciado e ao relator no processo de destituição de membros da Mesa;
5. vetos;
6. projetos;
b) apresentar acusação ou defesa no processo de cassação do Prefeito e Vereadores, ressalvado o prazo de 1 (uma) hora, assegurado ao denunciado;
c) promover Explicação Pessoal;
II – 10 (dez) minutos para:
a) usar a Tribuna Livre para versar tema livre, na fase do Expediente;
b) expor assuntos relevantes pelos líderes da bancada;
c) redação final;
III – 5 (cinco) minutos para:

a) apresentar:
1. requerimento de retificação de ata;
2. requerimento de invalidação da ata, quando da sua impugnação;
b) encaminhar à votação;
c) suscitar questão de ordem.
IV – 3 (três) minutos para apartear.

Parágrafo único – O tempo que dispõe o Vereador será controlado pelo Secretário, para conhecimento do Presidente e se houver interrupção de seu discurso, exceto por aparte concedido, o prazo respectivo não será computado no tempo que lhe cabe.

CAPÍTULO IV
DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS
SEÇÃO I
DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 311. Questão de ordem é toda manifestação do Vereador em Plenário, feita em qualquer fase da reunião, para reclamar contra o não cumprimento da formalidade regimental ou para suscitar dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno.

§ 1º. O Vereador deverá pedir a palavra "pela ordem" e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende que sejam elucidadas ou aplicadas.

§ 2º. Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, a questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando este Regimento Interno for omisso.

§ 3º. Cabe ao Vereador recurso da decisão do Presidente, que será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer, em forma de projeto de resolução, será submetido ao Plenário, nos termos deste Regimento Interno.

SEÇÃO II
DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

Art. 312. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, mediante requerimento aprovado pela maioria dos Vereadores.

Art. 313. As interpretações do Regimento Interno serão feitas pelo Presidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirá precedentes regimentais a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pela maioria dos membros da Câmara.

Art. 314. Os precedentes regimentais serão anotados em livros próprios, para orientação de casos análogos.

TÍTULO V
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR
CAPÍTULO I
DA INCIATIVA POPULAR NOS PROJETOS DE LEI

Art. 315. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, distribuído pelo menos, por dois distritos, com não menos de 1% (um por cento) dos eleitores da cada um deles, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

§ 1º. O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever a um só assunto.

§ 2º. Na discussão do projeto de iniciativa popular, é assegurada a sua defesa, em comissão e em Plenário, por um dos signatários.

§ 3º. O disposto no caput deste artigo e no seu § 2º aplicar-se-á à iniciativa popular de emenda a projeto de lei em tramitação na Câmara, respeitada a vedação à criação de despesa nas proposições de iniciativa exclusiva definidas neste Regimento Interno.

§ 4º. Não serão suscetíveis de iniciativa popular as matérias de competência exclusiva definidas neste Regimento Interno.

§ 5º. A Câmara Municipal, verificando o cumprimento das disposições regimentais deste artigo, dará seguimento ao projeto de iniciativa popular, em conformidade com as normas sobre elaboração legislativa previstas neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DA TRIBUNA LIVRE

Art. 316. A tribuna Livre é o espaço reservado nos dias de sessões ordinárias, entre o expediente e a ordem do dia, com duração máxima de 10 (dez) minutos, para exposições de assuntos de interesse público por associações de bairros, entidades civis, estudantis e filantrópicas sem fins lucrativos e ainda como definir a lei.

§ 1º. A Tribuna Livre será utilizada mediante pedido de inscrição com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas antes da data reservada à realização da tribuna, contendo o assunto a ser abordado e acompanhado de justificativa.

§ 2º. Após lido no expediente da sessão ordinária, o pedido de inscrição será encaminhado ao Secretário que organizará os pedidos pela ordem de entrada e a agenda de atendimento, e coordenará as participações públicas do Plenário.

§ 3º. Ao usar da palavra, o orador deverá evitar expressões que possam ferir o decoro da Câmara e representem descortesia aos Vereadores e demais presentes, sob pena de corte da palavra.

CAPÍTULO III
DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 317. As comissões podem realizar audiências públicas com as entidades civis ou filantrópicas sem fins lucrativos, para instituir matéria legislativa em trâmite ou tratar de assuntos de interesse público relevante, observada a competência específica de cada comissão, por requerimento de qualquer de seus membros ao Presidente da Câmara.

Parágrafo único – As entidades que se referem o *caput* deste artigo podem através de requerimento ao Presidente da Câmara, solicitar a realização de audiência pública.

Art. 318. Despachado o requerimento de audiência pública, o Presidente da Comissão Permanente selecionará, para serem ouvidos, os representantes das entidades, dispostos no artigo anterior, e expedirá os respectivos convites.

§ 1º. O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da comissão, sem apartes, para pronunciamento.

§ 2º. Caso o convidado se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, caberá ao Presidente da Comissão adverti-lo, cassar-lhe o uso da palavra ou determinar sua retirada do recinto, nos termos deste Regimento Interno.

§ 3º. O convidado poderá valer-se de assessores credenciados, desde que previamente autorizado pelo Presidente da Câmara;

Art. 319. Os pronunciamentos da audiência pública serão lavrados em Ata, que será arquivada, juntamente com os documentos a ele pertinentes, no âmbito da Comissão.

CAPÍTULO IV
DAS PETIÇÕES, RECLAMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Art. 320. As petições, reclamações e representações de qualquer munícipe ou de entidade local regularmente constituída a mais de 1 (um) ano, contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputadas a membros da Câmara, serão recebidas e examinadas pelas Comissões ou pela Mesa, respectivamente desde que:

I – encaminhadas por escrito, vedado o anonimato do autor ou autores;

II – o assunto envolva material de competência da Câmara Municipal.

Parágrafo único – O membro da Comissão a que for distribuído o Processo, exaurida a fase de instrução, apresentará relatório circunstanciado na forma do art. 120 deste Regimento Interno, no que couber, do qual se dará ciência aos interessados.

TITULO VI
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL
CAPÍTULO I
DO ORÇAMENTO
SEÇÃO I
DA PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 321. A proposta de Plano Plurianual destina-se a estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capitais e outras dela decorrentes e relativas aos programas de duração continuada, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 322. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo acerca das alterações na legislação tributária.

Art. 323. A lei orçamentária anual compreenderá:

I – orçamento fiscal referente aos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Município;

II – orçamento de investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detiver a maioria do capital social com direito a voto;

SEÇÃO II
DA TRAMITAÇÃO
SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 324. As propostas de Plano Plurianual, de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual serão enviadas pelo Prefeito Municipal à Câmara Municipal, de acordo com o exigido em lei complementar federal.

§ 1º. O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão permanente, da parte cuja alteração é proposta.

§ 2º. Em nenhuma fase da tramitação dos projetos de lei orçamentária se concederá vista a Vereador.

§ 3º. As emendas ao projeto de lei de orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, aceitos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para o pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida;

III – relacionadas:

a) com correção de erros e omissões;

b) com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º. Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 6º. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso orçamentário disponível.

§ 7º. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

SUBSEÇÃO II
DA PROPOSTA DE PLANO PLURIANUAL

Art. 325. Recebida do Poder Executivo a proposta de Plano Plurianual, será numerada, independentemente de leitura, e, desde logo, enviada à Comissão de Orçamento e Finanças, providenciando-se, ainda, sua publicação e distribuição aos Vereadores.

§ 1º. A Comissão de Orçamento e Finanças disporá de prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias para emitir seu parecer, que deverá apreciar o aspecto formal e o mérito do projeto.

§ 2º. Se contrário, o parecer será submetido ao Plenário em discussão única.

Art. 326. Publicado o parecer, a proposta será, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, incluída na ordem do dia por 2 (duas) reuniões subsequentes, para discussão, vedando-se, nesta fase, apresentação de substitutivos e emendas.

Art. 327. Findo o prazo, e com a discussão encerrada, a proposta sairá da ordem do dia e será encaminhada à Comissão de Orçamento e Finanças para recebimento de emendas, durante 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo único. O parecer da Comissão de Orçamento e Finanças sobre as emendas será conclusivo e final, salvo se 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal requerer a votação, em Plenário.

Art. 328. Para elaborar o parecer sobre as emendas, a Comissão de Orçamento e Finanças terá o prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Em seu parecer, a Comissão observará o seguinte:

I – as emendas da mesma natureza ou objetivo serão obrigatoriamente reunidas pela ordem numérica de sua apresentação, em 3 (três) grupos, conforme a Comissão recomende sua aprovação ou cuja apreciação transfira ao Plenário;

II – a Comissão poderá oferecer novas emendas, em seu parecer, desde que de caráter estritamente técnico ou retificativo ou que visem a restabelecer o equilíbrio financeiro.

Art. 329. Publicado o parecer sobre as emendas, à proposta será, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, incluída na ordem do dia para votação.

§ 1º. Se aprovada, sem emendas, a proposta será enviada ao Prefeito para promulgação e sanção.

§ 2º. Se emendada, a proposta retornará à Comissão de Orçamento e Finanças, para, dentro do prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias, elaborar as redações finais.

Art. 330. Aprovada a redação final, a proposta será encaminhada para sanção.

SUBSEÇÃO III
DA PROPOSTA DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 331. Recebida a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e, em seguida, à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas para pareceres.

§ 1º. Esgotados os prazos para a apresentação de pareceres, a proposta será incluída na ordem do dia, tenham as comissões referidas no parágrafo anterior se manifestado ou não.

§ 2º. Caberá à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a elaboração da redação final da proposta.

SUBSEÇÃO IV
DA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 332. A tramitação da proposta de Lei Orçamentária Anual observará no que couber, o disposto na Subseção referente à tramitação da proposta de Plano Plurianual.

Art. 333. O projeto de Lei Orçamentária Anual será acompanhado de demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia.

Art. 334. A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivos estranho à previsão da receita e a fixação de despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementares e contratação de operação de créditos, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

SEÇÃO III
DAS VEDAÇÕES

Art. 335. São vedados:

I – o início de programas, projetos e atividades, não incluídos na Lei Orçamentária Anual;

II – a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com fim preciso, aprovados pela Câmara Municipal, por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas aquelas admitidas pela parte final, do inciso IV, do artigo 167 da Constituição Federal;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir à necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem previa inclusão no plano plurianual, ou sem lei que a autorize.

§ 2º. Os créditos extraordinários e especiais terão urgência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seu saldo, serão incorporados ao orçamento de exercício financeiro subsequente.

§ 3º. A abertura de crédito extraordinário será admitida por decreto, *ad referendum* da Câmara Municipal, para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

Art. 336. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Parágrafo único. O repasse será feito de acordo com os valores e periodicamente determinados na lei orçamentária.

Art. 337. As despesas com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.

§ 1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista;

§ 2º. Para cumprimento dos limites estabelecidos na lei complementar federal, o Município adotará as medidas previstas e também na Constituição Federal.

Art. 338. Na elaboração do orçamento serão incluídos os valores destinados ao pagamento de precatórios, consoante e disposto na Constituição Federal.

Art. 339. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal divulgarão a execução orçamentária nos termos previstos na lei complementar federal referente à gestão fiscal.

CAPÍTULO II
DOS CÓDIGOS

Art. 340. Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 341. O projeto de código, depois de lido no expediente, será encaminhado pelo Presidente da Câmara para Comissão Especial, criada para examinar e exarar parecer sobre a matéria.

§ 1º. As emendas serão apresentadas à Comissão durante o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da instalação desta.

§ 2º. Encerrado o prazo para apresentação de emendas, o relator dará parecer no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º. A comissão discutirá por 5 (cinco) dias o parecer exarado pelo relator, observando o seguinte:

I – as emendas com parecer contrário serão votadas em bloco, salvo os destaques requeridos por membro da comissão ou Líder da Câmara;

II – sobre cada emenda posta em destaque poderá falar o autor do projeto, o relator e os demais membros da comissão, por prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos;

III – o relator poderá oferecer, juntamente com os membros da comissão, emendas ao projeto de código;

IV – concluída a votação do projeto e da emenda, o Presidente da Comissão terá 5 (cinco) dias para apresentar o relatório do voto vencido.

Art. 342. Após a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, o projeto de código, depois de lido no expediente, será submetido à apreciação do Plenário, em dois turnos, obedecidos o interstício regimental.

§ 1º. Na discussão do projeto de código, poderão usar da palavra os Líderes e Vereadores inscritos e o relator da comissão, com, respectivamente, 15 (quinze) minutos e 20 (vinte) minutos para pronunciamentos.
§ 2º. Ao atingir este estágio o projeto seguirá a tramitação ordinária das proposições.

Art. 343. Não se aplicará o regime tratado neste Capítulo aos projetos que cuidem de alterações parciais de Códigos.

CAPÍTULO III
DA CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS, MEDALHAS, PLACAS E CERTIFICADOS
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 344. A proposição, que tenha por objetivo prestar qualquer tipo de homenagem por meio da concessão de título honorífico, medalhas, placas e certificados somente poderão indicar pessoas, físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliados no Município ou autoridades de outras esferas que tenham se destacado no município.
§ 1º. Somente poderão ser apresentadas no máximo duas proposições por cada vereador durante o ano, para a concessão de quaisquer honrarias.
§ 2º. Não poderão ser concedidos, ao mesmo tempo, títulos, medalhas, e placas.

Art. 345. A proposição a que se refere o artigo anterior deverá ser acompanhada de:
I – biografia circunstanciada da pessoa que se deseja homenagear;
II – anuência por escrito do homenageado ou de seu representante legal.

Art. 346. As homenagens para concessão de medalhas, placas e certificados deverão ocorrer uma única vez por sessão legislativa ordinária.

Art. 347. Quando a homenagem deixar de ocorrer por duas sessões legislativas ordinárias consecutivas, o Presidente da Mesa Diretora deverá tomar as medidas necessárias para revogar a proposição que ensejou.

Parágrafo único. Caberá ao Cerimonial da Câmara Municipal informar ao Presidente homenagens e as respectivas proposições a que se refere o caput deste artigo.

SEÇÃO II
DA TRAMITAÇÃO

Art. 348. Para concessão das medalhas, placas e certificados será formada Comissão de Representação, composta de três Vereadores que deverá indicar, no máximo, 5 (cinco) pessoas.

Art. 349. Dentre as 5 pessoas a que se refere o artigo anterior, o Plenário deverá escolher somente 2 (duas), as quais serão homenageadas.

Art. 350. A forma e, se houver os dizeres das medalhas, placas e certificados serão definidos pelo Presidente da Mesa, ouvido o Cerimonial da Câmara.

Art. 351. A entrega das medalhas, placas e certificados serão feitos pelo Vereador autor da proposição que ensejou a homenagem.

CAPÍTULO IV
DO REGIMENTO INTERNO
SEÇÃO I
DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art. 352. O Regimento Interno poderá ser alterado ou reformado através de Projeto de Resolução.

§ 1º. A apreciação do projeto de resolução que altera ou reforma o Regimento Interno obedecerá as normas vigentes do processo legislativo referente a esta espécie de proposição.

§ 2º. Ao final de cada sessão legislativa ordinária a Mesa fará a consolidação de todas as alterações procedidas no Regimento Interno e dos precedentes regimentais aprovados, republicando em seguida.

TÍTULO VII
DO PODER EXECUTIVO
CAPÍTULO I
DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO
SEÇÃO I
DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 353. Os crimes de responsabilidade e o respectivo processo de julgamento do Prefeito serão definidos na Constituição Federal, na legislação federal aplicável e conforme expresso na Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO II
DAS VEDAÇÕES AO PREFEITO

Art. 354. É vedado ao Prefeito atentar contra as vedações definidas na Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO III
DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E O PROCESSO POLÍTICO DE CASSAÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO

Art. 355. As infrações político-administrativas e o respectivo processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara Municipal serão promovidos conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO IV
DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO

Art. 356. A suspensão do mandato do Prefeito por infração político-administrativa operar-se-á segundo o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 357. A perda do mandato do Prefeito ocorrerá pela extinção ou cassação do seu mandato.

Parágrafo único – Os casos de extinção e perda do mandato são aqueles definidos na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO II
DA LICENÇA DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 358. A licença do Prefeito e do Vice- Prefeito poderá ser concedida pela Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 359. O pedido de licença do Prefeito e do Vice-Prefeito obedecerá à seguinte tramitação:

I – recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em 24 (vinte e quatro) horas, reunião da Mesa, para transformar o pedido do Prefeito em projeto de Decreto Legislativo, nos termos da solicitação;

II – elaborado o projeto de decreto legislativo pela mesa, o Presidente convocará, se necessário, reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária, para que o pedido seja imediatamente deliberado;

III – o decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito será discutido e votado em turno único, tendo preferência regimental sobre aquelas matérias que não tiverem urgência;

IV – o decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito será considerado aprovado se obtiver o voto da maioria dos membros da Câmara.

CAPÍTULO III
DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 360. Os Secretários Municipais poderão ser convocados pela Câmara Municipal, mediante decreto legislativo, conforme o determinado pela Lei Orgânica Municipal.

§ 1º. O requerimento de convocação poderá ser proposto por qualquer Vereador ou membro de comissão e encaminhado ao Presidente da Câmara.

§ 2º. O requerimento deverá ser por escrito e indicar explicitamente o motivo da convocação, especificando os quesitos que serão propostos ao Secretário Municipal.

§ 3º. Aprovado o requerimento de convocação, pela maioria dos Vereadores, o Presidente da Câmara expedirá ofício ao Prefeito para que este informe ao Secretário Municipal o dia e hora da reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária, com a antecedência, mínima, de 8 (oito) dias.

§ 4º. Deverá ser enviada à Câmara Municipal, 2 (dois) dias antes da convocação, exposição referente as informações solicitadas.

Art. 361. O Secretário Municipal deverá atender à convocação da Câmara dentro do prazo previsto neste Regimento Interno, cujo início dar-se-á na data do recebimento do ofício.

Art. 362. A Câmara se reunirá em reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária, em dia e hora previamente estabelecidos, para ouvir o Secretário Municipal.

Art. 363. Iniciada a reunião, os Vereadores dirigirão interpelações ao Secretário Municipal, sobre os quesitos constantes do requerimento.

§ 1º. O Secretário Municipal falará por 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 15 (quinze) minutos, e só será aparteado durante a prorrogação.

§ 2º. Encerrada a exposição do Secretário Municipal, os Vereadores inscritos o interpelarão por 5 (cinco) minutos, e o autor do requerimento por 10 (dez) minutos.

§ 3º. Para responder às interpretações que lhe forem dirigidas, o Secretário Municipal disporá do mesmo tempo que o dos Vereadores que às formulou.

CAPÍTULO IV
DA REMUNERAÇÃO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 364. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão jus a subsídio único, que será fixado no fim de cada legislatura em conformidade com o disposto na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO V

DO JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 365. O Prefeito apresentará, até o dia 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte, a prestação de contas do Município.

Parágrafo único – As contas da Câmara Municipal serão enviadas ao Tribunal de Contas dos Municípios, no prazo previsto no inc. II, do art. 45 deste Regimento Interno, para que possam ser julgadas.

Art. 366. Depois da apresentação das contas municipais, o Presidente da Câmara as colocará pelo prazo de 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, na forma da lei.

§ 1º. Caberá à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas designar plantão para, em horário a ser por ela estabelecido, prestar informações aos interessados, à vista das contas municipais.

§ 2º. A Comissão de Orçamento e Finanças receberá eventuais petições apresentadas durante o período de exposição pública das contas e, encerrado este, as encaminhará com expediente formal ao Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º. A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas dará recibo das petições acolhidas e informará os peticionários das providências encaminhadas e seus resultados.

§ 4º. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da exposição das contas municipais, o Presidente da Câmara Municipal fará publicar na imprensa edital em que notificará os cidadãos do local, do horário e da dependência em que elas poderão ser vistas.

§ 5º. Do edital constará menção sucinta destas disposições e seus objetivos.

Art. 367. Terminado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no artigo anterior, as contas do Município e as questões suscitadas pelos cidadãos serão enviadas ao Tribunal de Contas dos Municípios para emissão de parecer prévio.

Art. 368. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, o Presidente da Câmara Municipal, imediatamente, o despachará:

I – a publicação em órgão oficial do Município;

II – ao Prefeito para elaborar a sua defesa técnica, quando for o caso;

III – a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas, que emitirá parecer dentro de 30 (trinta) dias.

§ 1º. O parecer da comissão concluirá, sempre, por projeto de decreto legislativo, que tramitará em regime de urgência, propondo a aprovação ou rejeição do parecer do Tribunal de Contas do Município, observada a defesa técnica do Prefeito.

§ 2º. Elaborado o decreto legislativo pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contas no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, o Presidente da Câmara Municipal o incluirá na ordem do dia da reunião ordinária imediata, para discussão e votação única.

§ 3º. O Presidente da Câmara Municipal mandará entregar cópias do decreto legislativo, do parecer do Tribunal de Contas e, quando for o caso, da defesa técnica do Prefeito para os Vereadores, que poderão solicitar informações à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas sobre os respectivos documentos, nos termos deste Regimento Interno.

§ 4º. Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo referido no parágrafo anterior.

§ 5º. A reunião ordinária em que se discutir o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios terá o expediente reduzido a 30 (trinta) minutos, contados do final da leitura da ata, ficando a ordem do dia, preferencialmente, reservada a essa finalidade.

Art. 369. O julgamento das contas municipais, pela Câmara Municipal, será feito dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento do parecer prévio do tribunal de Contas dos Municípios, observadas as seguintes regras:

I – a reunião ordinária para a deliberação do projeto de decreto legislativo, elaborado a partir do parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas a respeito do parecer do Tribunal de

Contas dos Municípios, será em votação secreta e o seu quórum é de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

II – o prazo para discussão do decreto legislativo será de 15 (quinze) minutos para cada Vereador, permitida, quando for o caso, a manifestação do Prefeito, que será convidado a comparecer à reunião, nos termos deste Regimento Interno;

III – terminada a discussão, o Presidente da Câmara Municipal deverá iniciar o processo de votação, disponibilizando para os Vereadores 2 (duas) ordens de cédulas com dizeres sim ou não;

IV – o Presidente da Câmara Municipal, em seguida, convocará cada Vereador, para que deposite o seu voto em urna indevassável;

V – a apuração dos votos será realizada pelo Secretário da Mesa Diretora, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal proferir o resultado da votação;

VI – somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal poderá ser rejeitado o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios;

VII – a decisão da Câmara Municipal, que se rejeitar ou aprovar o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, deve ser obrigatoriamente, fundamentado.

Art. 370. O Presidente da Câmara Municipal promulgará o decreto legislativo, que for aprovado pelo Plenário, rejeitando ou aprovando as contas municipais.

Art. 371. Rejeitadas as contas municipais, serão imediatamente, remetidas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas dos Municípios, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 372. A Mesa Diretora deverá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da atualização deste Regimento Interno, propor a criação no âmbito da Câmara Municipal, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, órgão de caráter disciplinar, encarregado de zelar pela observância dos preceitos de ética e decoro parlamentar.

Parágrafo único - No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas no Código de Ética da Câmara Municipal, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 373. A Mesa Diretora deverá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da atualização deste Regimento Interno, estabelecer normas gerais e critérios básicos para uso dos veículos da Câmara Municipal de Maracás.

Art. 374. Todos os projetos de resolução que disponham sobre alteração do Regimento Interno, ainda em tramitação nesta data, serão considerados prejudicados e remetidos ao arquivo.

Art. 375. Todas as proposições apresentadas em obediência às disposições regimentais anteriores terão tramitação normal.

Parágrafo único - As dúvidas que eventualmente surjam à tramitação a ser dada a qualquer proposição serão submetidas ao Presidente da Câmara e as soluções constituirão precedentes regimentais mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 376. Os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

Parágrafo único - Executam-se do disposto neste artigo, as matérias com prazo determinado definidas neste Regimento Interno.

Art. 377. Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

Art. 378. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-ão, no que for aplicável, as disposições da legislação processual civil.

Art. 379. Caberá ao Presidente da Mesa promover a adequação das resoluções, decretos legislativos e leis vigentes que tenham por objetivo prestar homenagens, através da concessão de títulos honoríficos, medalhas, placas, e certificados às disposições deste Regimento Interno.

Art. 380. Apenas os casos omissos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão procedente regimental, observado, inclusive o que dispõe a Lei Orgânica Municipal.

Art. 381. Este Regimento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DA PRESIDÊNCIA, 13 DE DEZEMBRO DE 2010

EMÍLIO PEREIRA NOVAES
PRESIDENTE



MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS - ESTADO DA BAHIA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2010

EMÍLIO PEREIRA DE NOVAES
PRESIDENTE

LANDULFO SOARES SPÍNOLA FILHO
VICE-PRESIDENTE

GUTEMBERGUE MIRANDA LUZ
1º SECRETÁRIO

FLÁVIO GUIMARÃES DE SOUZA
2º SECRETÁRIO

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO DO REGIMENTO INTERNO

LANDULFO SOARES SPÍNOLA FILHO
PRESIDENTE

GUTEMBERGUE MIRANDA LUZ
RELATOR

ALEX SANDRA MEIRA DE MATOS
SECRETÁRIA

FLÁVIO GUIMARÃES DE SOUZA
MEMBRO

JOSEZITO MACHADO LIMA
MEMBRO

VEREADORES QUE COMPÕEM A CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁS LEGISLATURA 2009/2012

ALEX SANDRA MEIRA DE MATOS
ANTONIO JOSÉ DA ROCHA
ARMANDO DE SÃO PAULO JÚNIOR
DERMIVAL JOSÉ FONTES
EDMUNDO DA SILVA NOVAIS JÚNIOR
EMÍLIO PEREIRA NOVAES
FLÁVIO GUIMARÃES DE SOUZA
GUTEMBERGUE MIRANDA LUZ
JOÃO MENEZES DOS SANTOS
JOSEZITO MACHADO LIMA
LANDULFO SOARES SPÍNOLA FILHO
LAURO DE JESUS DE NOVAES
ROQUE CAETANO DE NOVAES JÚNIOR

ASSESSORIA TÉCNICA

ARIVALDO RAIMUNDO DA ROCHA MOREIRA
MARIA DAS GRAÇAS SILVA MORBECK